

RENATO COELHO BARBOSA DE LUNA FREIRE

**PODER E SOCIEDADE NA [TRANS] FORMAÇÃO DA CIDADE:
História dos loteamentos no município de São Gonçalo na década de 1950.**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

FFP/2002

RENATO COELHO BARBOSA DE LUNA FREIRE

**PODER E SOCIEDADE NA [TRANS] FORMAÇÃO DA CIDADE:
História dos loteamentos no município de São Gonçalo na década de 1950.**

Monografia apresentada como requisito parcial do curso de Licenciatura em História da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Luís Reznik

São Gonçalo/2002

AO MEU FILHO FELIPE,
Meu moleque,
minha alegria,
meu subversivo,
minha dúvida,
meu divisor de águas,
minha preocupação,
meu xodó,
minha esperança,
meu tudo,
minha vida...

RESUMO

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ÍNDICE

Agradecimentos _____	6
Listagem de siglas _____	7
Apresentação _____	8
Capítulo I – De laranjas aos lotes: formas de introdução dos loteamentos no município de São Gonçalo _____	12
Capítulo II – Esboçando uma cidade _____	17
Capítulo III – De Vila à Cidade: concretizando propostas? _____	29
Capítulo IV – Cidade em movimento: relação entre os meios de transportes e loteamento _____	39
Capítulo V – Propostas Vazias e Discursos Fracassados: Governo Pires e sua Herança. _____	59
Capítulo VI - Ordem é a Palavra de Ordem: Governo Joaquim Almeida Lavoura _____	71
Capítulo VII - Caminhos e Descaminhos do Cimento: A Quiçá de Conclusão _____	80
Bibliografia _____	84

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que de certa forma muito contribuíram para efetivação deste trabalho: Ao Criador, pela existência; aos meus pais Francisco e Edna, pelo eterno zelo e carinho; a minha esposa Fernanda, meu porto seguro; a UERJ, pelo curso de história; a FFP, minha segunda casa durante o tempo em que lá estive; a todos os professores que encontrei nas diversas disciplinas que cursei; ao Laboratório de Pesquisa Histórica, pela bolsa; ao orientador Luís Reznik, pela atenção, críticas e sugestões; ao Rui Aniceto, pela paciência; a dupla “Lavourista” Fábio Machado e Fábio Mendes, pelas discussões; ao pessoal do Arquivo do Patrimônio da Prefeitura de São Gonçalo, por disponibilizar a documentação necessária; ao Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo, nas figuras das Sr.^a Lúcia e Sr.^a Alzira, não tendo como expressar a infinita ajuda, carinho, aprendizado e lição de vida; ao Fábio “flamenguista” do Arquivo do Jornal “O São Gonçalo” por lá me receber; e a todos que, muitas vezes, com palavras de motivação me deram forças para concluir esta caminhada.

SIGLAS UTILIZADAS NA MONOGRAFIA

ACMSG – Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo

APPMSG – Arquivo do Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo

APRESENTAÇÃO

Estudar a cidade foi a forma encontrada para buscar o entendimento de uma sociedade específica em um contexto específico. A cidade não se auto-constroi; ela carrega opções e escolhas daquele grupo: seja no campo da cultura, estético, paisagístico, político, etc., envolve propostas e realizações humanas.

Contudo, nem tudo que foi proposto foi construído; nem tudo que foi pensado foi realizado. Ter a cidade como objeto de estudo foi o caminho escolhido para análise da política municipal de São Gonçalo sobre um momento específico de sua formação: a década de 1950 observou grande crescimento dos loteamentos, resultando numa rápida passagem da paisagem rural para (se assim podemos chamar) urbano. As lavouras foram sendo rapidamente substituídas por quadras na proposta de urbanizar o município e assim torná-lo “progressista”.

O loteamento foi uma proposta, ou melhor, foi a proposta que se apresentou para aqueles que queriam tornar aquele município numa cidade e não poderiam esperar a mudança acontecer; desprenderam esforços e sacrifícios de muitos para entrarem e se manterem em cena pelo tempo que puderam. Logo, estudar as políticas públicas referentes aos loteamentos no município de São Gonçalo na década de 1950 foi a nossa opção para compreender o sentido da própria cidade e entendermos a dinâmica de seu crescimento urbano-populacional.

Este trabalho monográfico se propôs a analisar a atuação do poder público municipal na década de 1950, sobre loteamentos através das políticas urbanas, observando as formas de articulações existentes entre o Estado (esfera municipal)/loteadores/moradores. Por poder público municipal entendemos a Prefeitura Municipal e Câmara Municipal. Dessa forma, propomos apontar continuidades e descontinuidades nas práticas e nos discursos nos dois governos que seguem: Gilberto Afonso Pires (1951-1954) e Joaquim de Almeida Lavoura (1955 - 1959).

Acompanhamos também o impacto das políticas urbanas e demandas da sociedade por infra-estrutura e aparelhos urbanos através do jornal local, já que podemos observar a divulgação das opiniões de uma elite local que possuía acesso a este veículo de comunicação, dizendo-se porta-voz da população, trazendo as reivindicações desta. Segundo Robert Park “o jornal é o grande meio de comunicação dentro da cidade, e é na base da informação fornecida por ele que se baseia a opinião pública¹” ou mais especificamente sobre o próprio jornal “O São Gonçalo” nas palavras de Márcia Gonçalves e Luís Reznik dizem que “o jornal foi, durante muitos anos, *locus* de encontro entre as elites dirigentes da região: empresários, governantes, maçons”².

Para realizar este trabalho, partimos do decreto-lei N.º 58, de 10 de dezembro de 1937 e que foi regulamentado pelo Decreto N.º 3079, de 15 de setembro de 1938 que dispõe sobre loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. Este Decreto encontra-se inserido na intervenção social da política varguista que se fez em dois campos: na da previdência e assistência social, com objetivo de recuperação/manutenção da capacidade de trabalho e, em segundo, “o campo das condições de vida dos trabalhadores”, havendo um precário padrão de reprodução social: alimentação, habitação e educação. Promovendo a casa própria, estaria também promovendo apoio à família³.

Assim, partimos de uma política federal que dirige uma ação direta sobre o loteamento. Mas o que nos interessou foram os artigos que se apontavam para o poder municipal e constatamos que o mesmo possuía responsabilidade direta na aprovação dos lotes urbanos, ao mesmo tempo em que possuía meios legais de intervenção. Citamos aqui especificamente o Art. 1º § 2º que diz: “tratando-se de propriedade urbana, o plano e planta do loteamento devem ser previamente aprovados pela Prefeitura Municipal, ouvidas, quanto ao que lhes disser respeito, as autoridades sanitárias e militares”. Sublinhamos “urbana” e “previamente aprovados” para chamarmos atenção para o fato de somente as propriedades localizadas na zona urbana poderia sofrer intervenção, ao

¹ Robert Ezka Park. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: Otávio Guilherme Velho (org.). **O Fenômeno urbano**, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1973, p. 60.

² Marcia de Almeida Gonçalves e Luís Reznik. **Guia de fontes para a história de São Gonçalo**. São Gonçalo: UERJ, Faculdade de Formação de Professores, Laboratório de Pesquisa Histórica, 1999, p. 19.

³ Ver Aduino Lúcio Cardoso e Luiz César de Queiroz Ribeiro. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro e Roberto Pechman (orgs.). **Cidade, Povo, Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

passo que a prefeitura municipal deveria, segundo a lei, tomar ciência do loteamento antes do início das obras.

Conforme o Decreto Federal direcionou legislação com o poder público municipal possuindo papel importante, utilizamos assim essencialmente fontes escritas encontradas nos arquivos municipais para descrever o processo de loteamento no município na década de 1950. Os documentos oficiais encontrados no Arquivo do Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Gonçalo nos trazem a visão oficial através de mensagens e decretos do Prefeito à Câmara Municipal apontando não só medidas executivas em torno dos loteamentos, como também os discursos inseridos em suas justificativas, onde emanam quantidades satisfatórias de informações ricas para o mapeamento da situação.

Já o Arquivo da Câmara Municipal de São Gonçalo, além de possuir um maior acervo do que o primeiro, encontra-se em melhor situação no quesito organização, facilitando o árduo trabalho investigativo. Este lugar de memória possui Anais das reuniões da Câmara entre os anos 1951 e 1958 de grande validade, pois podemos perceber conflitos, alianças e interesses que se formaram pelos grupos defensores e opositores dos loteamentos, onde *a priori*, observamos o jogo de clientelismo e utilização do poder municipal em prol das regiões que ganharam forte impulso com as benesses emanadas de leis aprovadas pelo legislativo. Entretanto, nesta monografia, por motivo de prazo, não utilizamos todos os anais; valorizamos a discussão decorrente do governo Lavoura para não sermos cansativos para com o leitor, uma vez que as documentações exploradas e analisadas referentes ao governo Pires mostraram-se satisfatória para a nossa proposta.

Com os requerimentos, moções, projetos de lei, apontamos vereadores que clamavam por melhorias em determinadas localidades e que possuíam alguma relação ou são os próprios loteadores que visaram, através do poder público municipal, introduzir infra-estrutura e aparelhos urbanos no intuito de valorizar aquela região e, conseqüentemente, do loteamento.

O Código Tributário do município e as prestações de contas dos respectivos anos em questão serviram para analisar a importância do crescimento habitacional, relativizando os discursos dos políticos que mencionavam, exaustivamente, necessidade de melhoria da arrecadação, fazendo desta forma a estreita ligação entre o crescimento urbano-populacional e o recolhimento dos impostos predial e territorial.

Já o periódico de circulação no município citado acima “O São Gonçalo” noticiava o surgimento dos loteamentos – ora aplaudia, ora criticava – de forma que foi um espaço encontrado por determinados grupos para a divulgação de suas idéias. Este jornal foi incluído na monografia por ser de circulação no município e possuir sua coleção preservada, seja no arquivo do próprio jornal, seja na seção de periódicos da Biblioteca Nacional. Nele, cruzamos as informações obtidas nos arquivos oficiais e acompanhamos o impacto desta mídia na população, atentando para os discursos e intenções inseridos nas matérias, artigos e colunas, onde demos os contornos não só ao “estilo” de atuação de cada Prefeito, como também as localidades que pedem melhorias, a atuação de seus respectivos vereadores e aqueles que utilizaram este espaço para criticar ou privilegiar a posição de cada agente, dando visibilidade para o entendimento das relações entre os mesmos.

Por fim, os dados dos Censos do IBGE dos anos de 1940, 1950 e 1960 demonstraram a necessidade de abordagem do período, o crescimento populacional. Como conclusão dos dados obtidos, cruzamos estas informações com as obtidas nos documentos oficiais da Câmara e Prefeitura municipal, os discursos proferidos nas reuniões e jornal e analisamos as relações que desenrolaram entre os três agentes em questão: Poder público Municipal/loteadores/moradores realizando nossa análise e críticas ao processo de loteamento no município. Acreditamos assim contribuirmos para a sociedade.

Capítulo I - De Laranjas aos Lotes:

Formas de Introdução dos Loteamentos no Município de São Gonçalo.

Diversos bairros que compõem atualmente o município de São Gonçalo são derivados de áreas loteadas. Nosso objetivo neste capítulo foi entender o processo de loteamento no município. Para tal, se fez necessário entendermos a passagem do rural para o urbano, onde, a seu tempo, veremos o impacto dessas mudanças na região.

São Gonçalo foi caracterizado, no início do século XX, como área de produção diversificada, para atender o crescente mercado consumidor de Niterói e Rio de Janeiro⁴, acontecendo a divisão da grande propriedade em sítios. Luiz Palmier cita em seu trabalho o inquérito realizado pelo Ministério da Agricultura, em 1913, que apontou para o grande crescimento da fruticultura e, principalmente, da citricultura⁵. Segundo este autor a laranja já possuía grande destaque na produção agrícola da região. Em suas palavras, “a laranja é para São Gonçalo o que o cacau é para a Bahia [sic], o café para São Paulo, o algodão para o Nordeste e a cana de açúcar para Pernambuco ou Campos, e a própria laranja para a Califórnia ou Nova Iguassú”, considerando São Gonçalo, juntamente com Nova Iguaçu de “Califórnia Brasileira⁶”.

Entretanto, a queda nas exportações (devido à crise de 1929 e à II Guerra Mundial) trouxera grande dificuldade aos produtores, havendo transferência do capital da agricultura para a indústria, fazendo baixar o preço da terra⁷. Paralelamente, a crise agrícola liberou quantidade de mão-de-obra que se deslocou para a Capital Federal em busca de trabalho na indústria que estava em crescimento, devido as substituições das

⁴ Pedro Pinchas Geiger *et al.* Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, N.º 4, Outubro-Dezembro de 1956.

⁵ Luiz Palmier. **São Gonçalo Cinquentenário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

⁶ *Idem*, p. 118.

⁷ Pedro Pinchas Geiger *et al. op. cit.*, p. 51.

importações, deslocando também capital, que passou a ser investido nas indústrias, levando-as, em sua expansão, para os subúrbios⁸.

Essa migração resultou na procura de moradias no Rio de Janeiro, causando uma “crise de habitação” na cidade. Porém, estes migrantes caracterizaram-se por possuírem poucos recursos, não podendo se instalar na área central da Capital Federal devido os altos preços e “os subúrbios já estavam de tal modos ocupados (ou mantidos como reserva de valor), que a população pobre só poderia se radicar em áreas longínquas, para além da fronteira do distrito federal⁹”.

Assim, o parcelamento das fazendas e sítios foi a saída encontrada para os proprietários de terra que dependiam desta como fonte de renda. Aproveitando-se da conjuntura favorável e do incentivo do Estado (como veremos adiante) fracionaram os terrenos, vendendo lotes a baixos preços, mas ganhando na grande quantidade. Segadas Soares estudando o caso de Nova Iguaçu assinalou como fator determinante dos loteamentos

“foi o desespero daqueles que viram nos empreendimentos imobiliários a salvação da ruína decorrente da crise da citricultura. Com esse objetivo, todos os esforços e todos os recursos foram mobilizados e aqueles que tinham na terra ou no fruto sua fonte de renda procuraram livrar-se da ruína, retalhando esta terra, subdividindo em lotes as próprias chácaras em que residiam nas cercanias da cidade, construindo casas, vilas, lojas, sobrados, para a venda ou aluguel, loteando grandes áreas próximas da cidade ou ainda associando, com este fim, a capitais da metrópole¹⁰”.

Com relação à São Gonçalo, Geiger aponta um retalhamento das propriedades entre 1920-1940, surgindo “loteamentos do tipo urbano”¹¹. Luiz Palmier chama atenção para o crescimento nas construções no mesmo período citado, existindo “milhares de

⁸ Maurício de Almeida Abreu. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987, p. 96.

⁹ *Idem.* p. 94.

¹⁰ Maria Terezinha Segadas Soares. **Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.

¹¹ Pedro Pinchas Geiger *et al. op. cit.* p.49.

lotes de terrenos à espera de novas edificações¹²”. O fato é que o último vê de forma harmônica a fragmentação das fazendas em lotes em paralelo às “riquezas da terra”.

Tal fato se deve a este autor ser proprietário, juntamente com outros dois, do loteamento denominado “Brasilândia”, conforme o Termo de Compromisso assinado em 13 de abril de 1943 , na Prefeitura Municipal de São Gonçalo¹³. O Termo de Compromisso, como o próprio nome indica, é um “acordo” assinado entre o loteador e a Prefeitura, onde o primeiro se encarrega de executar devidas obras no loteamento (terraplanagem, nivelamento, abertura de ruas, drenagem, etc.) para assim obter a aprovação na planta e poder comercializar os lotes já com a planta aprovada pela Prefeitura.

O fato do “discurso” de Palmier ser contraditório, foi respondido através de um projeto de lei encaminhado à Câmara Municipal , pelo vereador Mário José Corrêa, em 18 de julho de 1951, onde o autor do referido projeto visou a regular a aprovação dos loteamentos “sem prejuízo do desenvolvimento da lavoura”¹⁴, uma vez que a lucratividade da venda de lotes era tal, que os fazendeiros preferiam fracioná-las em lotes do que cultivá-la. Apesar de Palmier possuir uma visão de “progresso”, apontamos para a incompatibilidade da produção agrícola e o parcelamento do solo, onde o último processo foi incentivado pela retração da lavoura.

Esta transformação do rural para o urbano pode ser vista nas propagandas de loteamentos, como o Bairro Boa Vista, antiga fazenda Boa Vista, que loteou suas terras e divulgava seus lotes com a existência de “100 mil laranjeiras, limoeiros, limeiras, tangerinas, abacateiros, abacaxis, fruta de conde, cajueiro e mangueiras...”¹⁵, apontando não apenas para a citricultura, mas também para a fruticultura. Este anúncio é datado de 1952, no momento de maior expansão dos loteamentos, mostrando que estes expandiram-se sobre as áreas de produção agrícola e que, como dissemos acima, não pode haver harmonia entre os dois processos. Na tabela I podemos acompanhar o crescimento dos loteamentos no município:

¹² Luiz Palmier. *op. cit.* p. 90

¹³ APPMSG. **Livro 11-A: Termos de Compromisso de 1941 à 1944.**

¹⁴ ACMSG. Livro de Atas N.º 5 de 30/11/1950 à 08/03/1952.

¹⁵ Bairro Boa Vista. Jornal “O São Gonçalo”, de 10/04/1952.

Ano	Número de Loteamentos	Número de lotes
1930-1939	3	922
1940-1949	130	38.617
1950-1959	295	82.614
1960-1969	82	19.510
1970-1979	76	15.724

Fonte: Maurício de Almeida Abreu. *op. cit.*

Como relatamos anteriormente, este crescimento dos loteamentos foi fruto de uma grande massa de migrantes que buscavam moradias nas proximidades do Distrito Federal. Geiger comenta que o progresso urbano do município não poderia ser feito apenas com a população local, ocorrendo migração de outras partes do Estado ou mesmo do Distrito Federal que vão residir em São Gonçalo.

Podemos observar este crescimento através do jornal, dos discursos dos políticos, onde o leitor terá oportunidade de analisar no decorrer do trabalho. Já os dados do IBGE, seguem na tabela II:

TABELA II¹⁶:

Ano	1950	1960	%
População	127.276	244.617	92

Censos Demográficos de 1950 e 1960.

Através desses dados podemos constatar que a população gonçalense quase que dobrou em uma década (!). Observando a tabela II.1 do Censo de 1960¹⁷, acompanhamos o número de pessoas não naturais do município onde residem por sexo e tempo de residência no município:

¹⁶ Fonte: Censo IBGE - 1950 e 1960.

¹⁷ Fonte: Censo IBGE - 1960.

	H	M
Menos de 1 ano	6.338	6.407
1 a 5 anos	17.856	18.424
6 a 10 anos	13.244	12.892
11 anos e mais	19.876	20.200
Totais*	57.382	57.993

* Inclusive tempo ignorado.

Notamos um grande fluxo de pessoas antes da década de 1950: quase quarenta mil pessoas radicadas na região; na primeira metade da década de cinquenta, este número atinge um pouco mais de dezesseis mil pessoas, tendo um enorme crescimento na última metade da década, representando um número considerável de pessoas no total da população.

Assim vimos que São Gonçalo, tendo uma conjuntura favorável, possuía condições locais para a expansão dos loteamentos, seja pela quantidade de terras, capital para investimento, localização favorável devido a proximidade do Rio de Janeiro e Niterói, sendo um dos locais onde os loteamentos encontraram boa acolhida. Entretanto, divergências políticas vão acompanhar todo o processo, uma vez que envolveu comércio de terras, população (leia-se eleitores) e muitos interesses particulares em jogo. Destrinchar os desdobramentos políticos dentro dos dois governos que se seguiu na década de 1950 sobre a questão dos loteamentos foi nosso objetivo neste trabalho.

Capítulo II : Esboçando Uma Cidade

No capítulo anterior, mostramos como os foram introduzidos os loteamentos no município de São Gonçalo através da passagem do rural para o urbano. Neste capítulo acompanhamos o final do Governo Eglylio Justi (PSD - 1947/1950) e a conjuntura criada sobre os loteamentos para o governo Gilberto Afonso Pires (PTB - 1951/1954).

Para iniciarmos nosso caminho pela análise dos agentes envolvidos na questão dos loteamentos, nada melhor nos reportarmos à reunião da Câmara Municipal de São Gonçalo datada de 08/06/1948, onde encontramos diversos elementos que nos acompanharam por todo o processo dos loteamentos na indicação do vereador José Lourenço de Azevedo¹⁸.

O vereador começou argumentando o grande crescimento populacional, resultado do “progresso” pelo qual o município vinha atravessando proporcionando vantagens “aos forasteiros procedentes dos municípios do norte do Estado, dos municípios vizinhos e da Capital Federal”, onde estes possuíam como local de trabalho as cidades de Niterói e Rio de Janeiro, defendendo em números que 60% dos moradores do município de São Gonçalo trabalhavam nestas cidades citadas.

Contudo, as grandes distâncias que deveriam atravessar os moradores dos núcleos urbanos até os pontos de ônibus, deveriam transitar por “caminhos impróprios, sem iluminação”, uma vez que estes núcleos urbanos se encontravam afastados das principais vias de ligação do município.

Logo, segundo sua resolução encaminhada na Câmara, o vereador objetivava suavizar os problemas de transporte através da aquisição da casa própria pelos trabalhadores, que, no seu entendimento, “as dificuldades acima apontadas quanto ao transporte podem de certo modo compensadas com as facilidades na aquisição de

¹⁸ ACMSG. Livro de Atas.

moradias próprias, de que tanto depende o desenvolvimento deste Município”, onde os entraves para as implantações de infra-estrutura e aparelhos urbanos [água, luz, telefone] encontravam barreiras em decorrência da “legislação reguladora de loteamento”, devido as suas grandes exigências que não possibilitavam a diminuição de custos da casa própria e a conseqüente aquisição por parte do proletariado, uma vez que estava, no momento, ocorrendo uma “crise de habitação”.

Desta forma, buscou o vereador “suavizar” a legislação dos loteamentos, propondo que o Executivo não aplicasse com rigor as determinações da lei para assim baratear o custo da casa, onde, ao mesmo tempo, não possuiria quaisquer melhorias para os compradores dos lotes. O que parece ambíguo (e é), na realidade, não passou de uma tentativa do vereador: direcionando seu discurso sobre os trabalhadores, sinalizou para necessidade de aquisição da casa própria, uma vez que encontra-se uma “crise”, onde o próprio trabalhador daria preferência em adquirir sua casa própria, mesmo que esta se localiza-se numa região sem qualquer incremento urbanístico, estaria o vereador exercendo sua função pública por pensar na coletividade.

A resposta da Comissão de Viação e Obras Públicas foi das mais interessantes e ricas em elementos para o nosso estudo. Segundo a comissão, o assunto era dos mais importantes, uma vez que envolvia para a “formação de uma cidade, pelo desenvolvimento das operações de compra e venda, ligado ao retalhamento dos latifúndios existentes no município, e só agora em franca atividade”, que ao consultar o chefe da divisão de engenharia da Prefeitura, informou este que as determinações em vigor seriam as “garantias indiscutíveis e indispensáveis ao loteamento de terras, num município [...] onde tudo está por fazer...”.

Baseando-se pelas informações do chefe de engenharia da Prefeitura, a comissão esclareceu a Câmara que

“convém ponderar a situação em que ficariam os proprietários dos loteamentos já aprovados que por força de seus termos [de compromisso] assinados, ao menos por honestidade pessoal, deverão cumprir suas obrigações assumidas com o município e seus clientes [onde] o vereador proponente tem dois loteamentos aprovados, em fase de execução, sendo que um com prazo vencido”.

Retomando os pontos, foi citado o crescimento populacional do município sendo feito por migrantes ou “forasteiros” e o relato feito pelo vereador da quantidade de pessoas que residem em São Gonçalo, mas que tem seus postos de trabalho nas cidades do Rio de Janeiro e Niterói, como já assinalado no capítulo anterior. O que temos na indicação do vereador José Lourenço de Azevedo foi uma tentativa de “amenizar” as exigências dentro do loteamento, para poder vender uma maior quantidade de lotes por preço mais acessível, devido a grande quantidade que dispunha alguns loteamentos. Aqui temos claramente no discurso do vereador, a tentativa de favorecimento do loteador, uma vez que o mesmo possuía dois loteamentos como citado, sendo que um não estava conforme as exigências. Segundo Carlos Nelson dos Santos, as áreas loteadas nas periferias do Rio de Janeiro transformaram pastos, canaviais e laranjais em “jardins” sem nenhum investimento, em áreas que não permitiam lucros altos, onde os loteadores praticavam uma “dupla abstração”: fingiam oferecer terras urbanizadas e “faziam crer que, no futuro, seria inevitável a ação do governo para promover a melhoria dos locais que vendiam¹⁹”.

O que observamos foi o aparecimento, dentro do argumento, dos três agentes envolvidos dentro da questão dos loteamentos e que por nós foi objeto de estudo: poder público municipal [Prefeitura e Câmara]/loteador/população. Este tripé, como podemos perceber, se misturam, se contradizem, compactuam e entraram em conflitos dos mais diversos, conforme pretendemos mostrar no decorrer do trabalho.

Por fim, mostramos as palavras do relator da Comissão de Viação e Obras Públicas, vereador Flávio Monteiro de Barros, que comentou a respeito da indicação e do parecer da citada comissão. Segundo o vereador, o parecer deveria ser aprovado na medida em que “um cidadão compra uma área por 200 contos e a subdivide em centenas de lotes, apurando, no fim, mais de 2.000 contos! Como vemos, é um grande negócio o loteamento em São Gonçalo”. Como dissemos, o loteamento foi uma saída encontrada pela crise da agricultura, ao passo que gerou grandes lucros para os loteadores no momento em que ocorria procura de moradias nas regiões periféricas ao Rio de Janeiro e quanto o menor investimento do loteador, maior seriam seus lucros. Assim podemos observar o “ambiente” em que se encontravam os debates sobre a

¹⁹ Carlos Nelson Ferreira dos Santos. Loteamentos na Periferia Metropolitana. In: **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro: IBAM, Janeiro/Março de 1985, p. 25.

questão dos loteamentos dentro da Câmara, através de uma indicação que nos trouxe vários elementos para o nosso ponto de partida.

Dentro do Executivo, podemos caracterizar suas iniciativas de favorecimento dos loteamentos através do discurso do “progresso” em paralelo ao crescimento das construções. Em Mensagem enviada à Câmara²⁰, o Prefeito Egylio Justi (PSD - 1947-1950) deixou claro esta sua intenção. Segundo o Prefeito, o município vinha atravessando um rápido aumento populacional, onde a municipalidade se via na “necessidade” de calçar ruas e “outros benefícios imprescindíveis ao bem estar do povo”, como escolas, hospital, pronto socorro, etc. Contudo, o governo encontrava-se em dificuldades para tais empreendimentos, recorrendo ao empréstimo da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio, na pessoa de seu presidente José Pedroso, que viabilizaria verbas para o calçamento da avenida 18 do Forte até o bairro Mutuá.

O bairro Mutuá foi um loteamento feito através da iniciativa da citada Caixa Econômica, se caracterizando pela densidade populacional e uniformidade das casas²¹. Sua inauguração foi no ano de 1950 e como nos demais loteamentos, a figura de prestígio que se destacou foi José Pedroso que, como os demais loteadores, utilizavam essas “qualidades” de homens que traziam o “progresso” ao município, ajudando aos “pobres trabalhadores” ao acesso à casa própria para seguirem suas carreiras na política.

Através do jornal “O São Gonçalo” tivemos um manancial de informações, principalmente na primeira metade da década de 1950, sobre o loteamento do Mutuá e de sua personalidade de prestígio, sendo freqüentemente utilizado para campanhas dentro do município, ao passo que o cargo de presidente da Caixa Econômica poderia disponibilizar recursos [como citou o prefeito] para o município. Uma poesia publicada em 1953, mas datada em 1950, época da inauguração do loteamento, reforça nosso argumento:

BANDEIRANTE MODERNO²²

Um moço empreendedor teve oportunidade
de erguer em São Gonçalo uma nova cidade
dentro da Conceição, no primeiro distrito
Quanto trabalho existe! E como está bonito

²⁰ APPMSG. Mensagem N.º 2/50. Livro N.º 174, 28/02/1950.

²¹ Pedro Pinchas Geiger *et al. op. cit.* p. 61.

²² Eduardo Pacheco. **Bandeirante Moderno**. Jornal “O São Gonçalo”, n.º 1213, 08/02/1953

O Bairro Mutuá! Suaventos operários
Removem a terra, abrindo o solo! Extraordinários
obreiros ! Uns, aqui, rasgam profundas valas;
acolá, levantando os novos fundamentos
de belas construções ! Varandas, quartos, salas
já se notam no chão, cheios de alinhamentos!
Já se nota na rua o pétreo calçamento!
Uma visão grandiosa, olhando em qualquer canto!
Qual água fez surgir Moisés, tocando a rocha,
(Milagre!) Uma cidade alegre desabrocha!
Deste ideal quem é o mago portentoso?
- Um nome se eterniza - o de José Pedroso!!!

30-08-1950
Eduardo Pacheco

O feito de José Pedroso não ficou atrás de Moisés. Chegou até nós através do Eduardo Pacheco, procurador da prefeitura, loteador²³ (Bairro Mutuá-Guassú) e poeta nas horas vagas, possuindo acesso ao jornal e figura comum dentro do processo de loteamento. Segundo este testemunho, o loteamento do Bairro do Mutuá encontra-se provido de vários melhoramentos: a água, que passa por uma grande questão no período, devido a sua escassez; o calçamento, onde diversos pontos do município ainda não possuía, podemos encontrá-los no Mutuá, como um verdadeiro “milagre”.

Ao contrário do bandeirante encontrado nos livros de história, aventureiro, colonizador, em busca das riquezas, o José Pedroso apenas se compara no que diz respeito as buscas das minas de ouro, porque de aventureiro nosso loteador não tinha nada. Através de indícios vimos que aqui não se jogava para perder. Os loteamentos eram e continuam sendo um grande investimento. Terras baratas devido à crise da lavoura no pós-guerra e pessoas interessadas em adquirir sua casa própria, nem que seja nos “confins do mundo”... E o Bairro Mutuá se preparou para isto. Abriu uma avenida rasgando o loteamento desde a praça que leva o nome do seu idealizador José Pedroso até o Rodo de São Gonçalo, local central no Município, onde possuía acesso à ônibus, bondes. Esta avenida recebeu o nome de 18 do Forte, referência ao movimento tenentista de 1922. Segundo Geiger, esta avenida é uma via transversal secundária,

²³ Edital publicado no jornal “O São Gonçalo” n.º 1161, de 07/08/1952.

chegando às estradas-ruas ligando os “novos bairros planejados” à outros pontos da cidade²⁴. Mais do que um bairro era uma “nova cidade”.

O calçamento da Avenida 18 do Forte estava mesmo na “ordem do dia”. Aqui fica o que intencionava a municipalidade com os loteamentos: urbanizar o município através de iniciativas particulares. O projeto n.º 101/50²⁵ de autoria do vereador Lauro Pinheiro Baptista e outros apontava para isto. Um convênio entre a Caixa Econômica e a Prefeitura, onde a primeira faria o serviço de pavimentação na Avenida 18 do Forte “desde seu início, até terrenos a ela pertencente, no Bairro Mutuá”, e receberia a indenização através do pagamento da taxa de calçamento dos proprietários dos imóveis privilegiados pela obra. Todos saem ganhando com esta proposta: o Bairro com o calçamento e sua valorização; os moradores com melhor acesso às suas residências; a Prefeitura, que terá o calçamento do bairro feito por particulares e apenas repassará os impostos referentes ao próprio calçamento, sem ter que contratar operários e material para o serviço. Aqui, novamente, vemos os três agentes em questão se encontrarem, referenciando interesses distintos e complementares.

A resposta veio na citada mensagem do prefeito Egylio Justi à Câmara²⁶ onde o próprio informa que “o governo tem tido dificuldades em executar com receitas próprias tais em empreendimentos...” [Pronto Socorro, educação pública, etc.]. Assim o “ilustre” José Pedroso encaminhou a proposta de empréstimo ao Município para que fizesse o calçamento da avenida 18 do Forte até o Bairro Mutuá, onde o prefeito iria pleitear um aumento deste empréstimo “para assim calçar outras ruas cuja pavimentação é julgada no momento de interesse vital”. A importância de José Pedroso estava na possibilidade de empréstimos à prefeitura para poder sanar outras mazelas que assolavam o município. Tratá-lo cordialmente ou até mesmo conseguindo colocá-lo como deputado seria uma grande vantagem para o município, fazendo do loteamento seu “trampolim” para a política.

O que chamamos atenção foi o cruzamento entre os agentes envolvidos e o papel de prestígio que os loteadores gozavam no Governo Justi. O entendimento entre os agentes era primordial para a manutenção do *status quo* dos loteadores e do poder público municipal. Daí a importância do jornal como um meio de divulgar as

²⁴ Pedro P. Geiger. *op. cit.* p. 60.

²⁵ ACMSG. Projeto n.º 101/50, pasta 17, exercício de 1950.

²⁶ APPMSG. *op. cit.*

“façanhas” dos loteadores, que promoviam o “progresso” do município, construindo modernas “cidades” e ajudando a arrecadar mais impostos, onde “retalham as terras, permitindo que cada um compre o seu lote de terreno e construa sua casa própria²⁷”.

Em relação ao Mutuá e seu personagem, o loteamento entrou diretamente como propaganda eleitoral para a permanência de José Pedroso na vida pública. E como não poderia deixar de ser, “O São Gonçalo” apoiou abertamente a sua candidatura à deputado federal. Na reportagem “os gonçalenses votarão no nome do Dr. José Pedroso²⁸”, deixou claro a imagem reproduzida dos loteadores e seus prestígios diante do “progresso” que estava por vir. A construção da “cidade” Mutuá veio como a grande realização deste homem “ilustre”, “capaz”, dinâmico”, “extraordinária visão de homem público”. Cidade no sentido de estar planejada com suas linhas retas, ruas largas, calçamento, transporte, enfim, em oposição aos demais bairros do município ainda rurais.

Já as reportagens seguintes tomaram conta da edição de 01/10/1950. A primeira reportagem, na primeira página, referiu-se ao colaborador do candidato em São Gonçalo, através de entrevista dada ao jornal pelo Coronel Gonçalves do Amarante²⁹. Este colaborador era uma personalidade muito respeitada dentro do município. Ocupou todos os postos de Governo no município, segundo o jornal: “juiz de paz, vereador, autoridade policial, coletor federal, presidente da Câmara e prefeito várias vezes³⁰”. Em suas palavras

“José Pedroso é o criador do Bairro Mutuá, uma cidade moderna dentro de São Gonçalo, com 740 casas construídas para favorecer as classes com poucos recursos. Construindo o Bairro Mutuá, onde inverteu cerca de 70 milhões de cruzeiros, José Pedroso mandou também construir instalações de luz, água e esgoto. E ainda mais: sem qualquer auxílio dos poderes municipais mandou calçar a Estrada 18 do Forte, que liga o Rodo de São Gonçalo ao Bairro Mutuá. Este dinâmico, realizador, que trouxe o progresso para São Gonçalo,

²⁷ Jornal “O São Gonçalo”. **Construir bairros e vilas e dar a cada um a sua casa.** N.º 15/01/1950.

²⁸ Jornal “O São Gonçalo”. **Os gonçalenses votarão no nome do Dr. José Pedroso.** N.º 1026, 09/07/1950.

²⁹ Jornal “O São Gonçalo”. **O Coronel Gonçalves do Amarante, verdadeiro ídolo do nosso povo, indica ao sufrágio dos gonçalenses a candidatura do Dr. José Pedroso Teixeira da Silva para deputado federal.** N.º 1038, 01/10/1950.

³⁰ Jornal “O São Gonçalo”. **Feira de Novidades.** N.º 1359, 08/07/1954.

beneficiando sua população, precisa trabalhar para o engrandecimento do município”.

A visão de “cidade” devido à infra-estrutura ali encontrada, à iniciativa particular não tendo auxílio da prefeitura, auxílio aos trabalhadores e o ideal de progresso estão fortemente embutidos no discurso do ilustre cabo eleitoral. Por fim, a Estrada 18 do Forte, ao invés de ligar o Bairro à área central do município, para o Coronel Amarante ocorre o inverso: a área central que se liga ao Bairro, ou seja, a área mais importante é o Mutuá e não o Rodo, uma vez que o último está contido no primeiro, segundo o discurso.

Mais uma reportagem na mesma edição com o título “O Bairro Mutuá nivelado a uma verdadeira cidade³¹” mais uma vez despontou os melhoramentos da cidade-bairro Mutuá, pelo incremento do comércio, o “cuidado” dos seus organizadores em dotá-lo com requisitos básicos de infra-estrutura como calçamento, água, luz e ônibus e a promessa de bondes. Tudo isto em agradecimento ao “ilustre” José Pedroso pelo grande “progresso” do município. Por fim, uma propaganda eleitoral com o jargão “os Gonçalenses votarão no nome do Dr. José Pedroso”. Melhor impossível para um candidato: novo bairro, pessoas que ali se instalaram e dependiam de melhorias dos loteadores e estes, como apontou Carlos Nelson F. dos Santos, utilizavam de formas tradicionais para angariar votos³². Criam-se currais eleitorais, formas personalizadas de angariar votos pela interdependência dos agentes envolvidos: melhorias urbanas - votos.

O Bairro Mutuá foi só um exemplo dentro os diversos loteamentos que estavam surgindo neste momento: Lindoparque, Galo Branco, Laranjal, etc; por ter sido bastante comentado dentro do jornal, nos trouxe elementos para uma maior investigação. Deixamos Mutuá e José Pedroso, informando que este foi eleito deputado federal pelo PSD, onde retornaremos no momento devido. Nosso objeto foi mostrar como ocorriam as articulações entre poder público municipal e loteadores e a importância do jornal neste jogo.

Assim, o desenvolvimento do município, ou melhor, seu progresso, através de construções, arrecadação tributária ao mesmo tempo em que favorecia o acesso ao trabalhador de sua casa própria eram os pontos-chaves abordados tanto pelo jornal

³¹ Jornal “O São Gonçalo”. **O Bairro Mutuá nivelado a uma verdadeira cidade**. N.º 1038, 01/10/1950.

³² Carlos Nelson F. dos Santos. **Processo de crescimento e ocupação da periferia**. Finep-IBAM, 1982.

quanto pelo poder público municipal. O que acompanhamos foram dois processos que se encontram num ponto comum: no primeiro, o “vereador-loteador” já se encontrava na Câmara Municipal e buscando ajustar a legislação para seu benefício. No segundo, presidente de uma instituição liberando verbas desta para melhorias do loteamento e, paralelamente, se candidatando à deputado federal. O que tem em comum entre os agentes é que ambos desejam cargos legislativos para claramente favorecerem seus investimentos.

Para a municipalidade, ficou a expectativa de melhorias da arrecadação municipal direta através dos impostos territorial e predial. Neste ponto, teremos uma continuidade entre os dois governos [Pires e Lavoura], mudando apenas o tom dos discursos, como veremos a seu tempo. O governo Justi, apesar de reconhecer a deficiência da arrecadação, dava isenções de impostos para quem quisesse construir, facilitando desse modo, a aquisição das moradias. Esta isenção chamou-se *averbações ex-offício*.

Contudo, apesar do discurso ser de favorecimento das construções proletárias, a oposição é sempre oposição. E quem combateu diretamente o prefeito Justi foi o jornal “O São Gonçalo”, não só referenciando a questão dos impostos, mas todo seu governo. Não foi nossa intenção aqui analisarmos esta oposição, partindo apenas da constatação que havia uma oposição por parte do jornal.

Em relação às averbações *ex-offício*, o jornal dizia serem feitas “criminosamente, que não tem amparo em lei”. Fato este que resultou em mais de 8.000 (oito mil) construções não licenciadas, segundo o próprio jornal, não havendo arrecadação de impostos neste período³³, sendo “uma porta aberta à politicagem³⁴”, onde o prefeito fingia favorecer a população, mas apenas a enganava com este ilusório benefício³⁵.

A Tabela III mostra a arrecadação do imposto territorial entre os anos de 1949 à 1954:

³³ Jornal “O São Gonçalo”. **Mais de 8.000 construções não licenciadas**. N.º 1064, 01/04/1951.

³⁴ Jornal “O São Gonçalo”. **Legalizar e não multar**. N.º 1070, 13/05/1951.

³⁵ *Ibidem*. **Mais de 8.000 construções não licenciadas**.

Ano	Imposto territorial (Cr\$)	Total da arrecadação de impostos (Cr\$)	%
1949	235.285,70	8.595.874,10	2.73
1950	212.500,10	9.856.211,50	2.15
1951	243.678,60	14.999.818,80	1.62
1952	407.920,80	19.308.562,50	2.11
1953	335.822,40	21.153.073,40	1.58
1954	919.252,00	24.839.584,90	3.70

A primeira constatação que fizemos foi o crescimento contínuo do total da arrecadação de imposto em valor absoluto, ou seja, o município vinha arrecadando mais a cada ano. Já o imposto territorial apresentou um decréscimo no ano de 1950 em relação ao ano de 1949 para no ano de 1951 ter seu crescimento e, em 1952 ter uma disparada em relação ao ano anterior. Detenhamos neste momento em relação aos anos de 1949-50.

Como o período era de maior fracionamento das fazendas (tabela I), o número do imposto territorial deveria paralelamente, acompanhar o este crescimento e também evoluir dentro da arrecadação municipal. Logo, as *averbações ex-officio* foram determinantes para a relativa queda no ano de 1950, prazo em que ficou vigente. Chamamos atenção que o fim das isenções dos impostos não foi o único fator para a retomada de crescimento da arrecadação do imposto territorial; devemos somar a este o aumento do número de loteamentos, aumento nas construções e o melhor aparelhamento da municipalidade para arrecadação de impostos, onde analisaremos estes fatores no decorrer do trabalho.

Contudo, houve quem aprovasse a iniciativa do prefeito. O “vereador-loteador” [ou vice-versa] José Lourenço de Azevedo, após sua reeleição, em requerimento³⁶ apresentado à Câmara no ano de 1951, ou seja, já no governo Pires, tentando manter as referidas isenções, lembrou que tal “medida foi amplamente favorecida no Governo Egylio Justi, e que muito benefício trouxe ao município referente as construções...”. Logo, para o loteador foi interessante tal isenção, na medida em que não ocorrendo o pagamento de impostos, a aquisição do lote ficaria mais fácil e a manutenção em dia das prestações também. Já o jornal mostrou sua cara de oposição: critica o governo Justi, mas homenageia os loteadores em diversos artigos.

³⁶ ACMSG. Requerimento N.º 589/51.

Assim, o Governo Justi chegou ao final sendo caracterizado por um momento de transição do município de São Gonçalo: crescimento populacional, crescimento nas construções. Transição rápida do rural para o urbano que influenciou diretamente no cotidiano de uma cidade periférica do Rio de Janeiro que até então era lembrada pelas produções agrícolas.

Porém, não podemos deixar de citar o artigo na primeira página do jornal, intitulado “Coisas do Egylio...”³⁷, que “denunciava” sua participação na empresa de loteamento da fazenda Boa Vista. A contradição do seu governo estava posta na mesa: no momento que facilitava as construções através da isenção de impostos, criticava a deficiência da mesma arrecadação, era “denunciado” pela oposição porque acelerava as obras para aprovar ainda em sua gestão a planta de loteamento. Por aqui podemos dizer que a necessidade de aprovação da planta pelo poder público municipal não foi necessária, visto que o próprio “loteador” se encarregaria do serviço.

O palco, ou melhor, o palanque estava preparado para o próximo prefeito. As cartas já se encontravam na mesa e muitas delas, como vimos, marcadas. O futuro prefeito enfrentaria tanto o crescimento populacional, quanto o crescimento dos loteamentos. Crescimento populacional traduz em novos eleitores; facilitar a aquisição de moradias aos trabalhadores certamente traduziria em simpatia; facilitar os loteamentos seria atrair mais eleitores.

Os loteamentos estavam na discussão do dia, envolvendo o poder público municipal, os loteadores e a população. Para o primeiro, manter a arrecadação municipal para efetuar obras seria um meio de privilegiar os outros dois grupos; o segundo buscava o menor investimento possível e o maior lucro, contando com o “apoio” do poder público municipal; o terceiro, construir sua residência e dispor de infra-estrutura seria importante, visto que o período facilitava sua participação no jogo democrático através do seu voto. Todavia, os agentes envolvidos não se mostram tão claramente, como foi assinalado, muitas vezes ocorre a fusão entre o personagem.

Vimos neste capítulo como os loteamentos tiveram sua importância dentro do município e dentro da discussão do poder público municipal; vimos como a ligação loteamentos-desenvolvimento estava bem estreita; vimos a importância dada à arrecadação através deles; vimos como os loteadores se utilizavam tanto da Câmara, da

³⁷ Jornal “O São Gonçalo”. **Coisas do Egylio...** . N.º 1049, 17/12/1950.

Prefeitura, quanto do jornal para seus interesses; observamos o contexto em que o Governo Gilberto Pires encontrou o município e como o processo vinha se desenrolando. Processo este que é dinâmico, envolvendo forças que se confrontaram no interior das discussões políticas do município.

Capítulo III - De Vila à Cidade: Concretizando Propostas?

No capítulo anterior observamos o “ambiente” deixado pelo governo Justí para os loteamentos e algumas formas de relação entre o poder público municipal e loteadores. Aqui, tratamos do Governo Gilberto Afonso Pires (PTB - 1951/54) e como este se portou diante da questão. Neste governo, houve um adensamento na discussão no sentido de possuir mais documentos expedidos pelo poder público referentes à questão.

Este governo se caracterizou por fazer do loteamento “sinônimo de progresso”, ou seja, que viriam para beneficiar o município com o ideal desenvolvimentista, trazendo para a Prefeitura maior arrecadação tributária, bem como urbanizá-lo. Contudo, como não conseguiu fazer frente aos loteadores para que seguissem a legislação e cumprissem com os termos de compromissos, a saída encontrada por este governo foi repassar a deficiência orçamentária causada pelo crescimento urbano-populacional para a população, através de diversas taxas.

Logo, transformar a arcaica “vila” em progressista “cidade”, como num conto de fadas, necessitou de uma ideologia para obtenção de apoio, seja do jornal, da população ou da Câmara. Mostrar como se desenrolou o processo foi nosso objetivo neste capítulo.

O primeiro passo dado pelo novo Prefeito foi baixar uma “ordem de serviço” N.º 58/51 de 17 de março de 1951 terminando com as averbações *ex-officio* feitas no governo passado, onde deveria as averbações serem feitas via requerimento regular dirigido ao próprio Prefeito³⁸. Como vimos, tal medida não agradou os loteadores, que

³⁸ Ordem de Serviço N.º 58/51, de 17 de março de 1951, publicada no jornal “O São Gonçalo”, N.º 1063, de 25/03/1951. “Determino que as averbações de imóveis que se processam *ex-officio*, terminem

através do seu “representante” reeleito José Lourenço de Azevedo tentou, através de requerimento, solicitar ao Prefeito um maior prazo para as averbações³⁹. Contudo, pela necessidade de uma maior arrecadação, a iniciativa tornou-se necessária.

Porém, esta iniciativa, por si só não solucionaria o problema de arrecadação. Logo, o prefeito enviou à Câmara a Mensagem 2/51, tratando da criação do quadro de vistoriadores para o levantamento do cadastro imobiliário (CI) da Divisão de Fazenda⁴⁰, estando em plenário em 20/04/1951. Esta mensagem se encontra nos dois arquivos municipais, mas trabalhamos com o Arquivo da Câmara por possuir anexado todo o processo, já que no Arquivo do Patrimônio da Prefeitura consta apenas a mensagem.

Logo em sua justificativa, o prefeito chamou atenção que para a necessidade de “incremento” da fiscalização para que se pudesse melhor arrecadar em proveito do próprio município, onde esta arrecadação vinha sendo “burlada”, através de construções que não respeitavam as exigências e “pela tolerância de administrações passadas”, apontando para a já comentada averbações *ex-officio*. Assim, a criação de vistoriadores viria para coibir os abusos que vinham ocorrendo na municipalidade em relação ao pagamento de impostos.

Sobre a questão específica dos loteamentos, os vistoriadores teriam uma função segundo o Art.º 7º, § único: “os terrenos constantes de loteamentos devidamente aprovados pela Prefeitura, serão cadastrados com a indicação dos nomes dos proprietários e dos prometidos compradores, com indicação dos respectivos contratos, ou a declaração de sua não existência”. O primeiro ponto diz respeito à necessidade do loteamento estar aprovado pela prefeitura. Por isso, só dizia respeito às áreas urbanas e suburbanas, conforme a lei federal e que resultou em outra mensagem que veremos adiante. O segundo, consta a indicação da não existência de contrato entre as partes (loteador/morador), deixando outro indício da venda de lotes sem registros ou contratos, vindo a facilitar grande parte das construções, uma vez que era justamente a falta de burocracia e seus conseqüentes gastos, onde dificultavam as construções para a população de baixa renda e, ao mesmo tempo, dificultava o controle do crescimento dos loteamentos e da arrecadação por parte do poder público.

improrrogavelmente a 31 do corrente mês, passando daí por diante a serem feitas mediante requerimento regular dirigido ao Prefeito.”

³⁹ ACMSG. Requerimento N.º 589/51, de 30 de março de 1951.

⁴⁰ ACMSG. Mensagem N.º 2/51, de 16 de abril de 1951.

O parecer favorável da Câmara deixou clara a situação da arrecadação municipal e a grande quantidade de irregularidades que povoavam o município. Nas palavras do presidente da Comissão de Fazenda e Estatística da Câmara, vereador Oswaldo Rodrigues da Silva, havia

“conhecimento das irregularidades apontadas na justificativa da Mensagem n.º 2/51, e estando de pleno acordo na adoção de medidas capazes de assegurar ao Município a entrada de posse de seus [sic] impostos. É portanto de grande necessidade sejam tomadas medidas repressivas as irregularidades apontadas pelo executivo, afim de que o mesmo se veja possibilitado num futuro próximo a prestar benefício aos seus munícipes”.

Contudo, a Comissão apresentou emenda no sentido de coibir a “desonestidade do vistoriador”, com a inclusão do artigo 9º, já sabendo das facilidades de desvios de verbas e das facilidades que este mesmo vistoriador poderia propiciar para alguns proprietários. A Mensagem foi aprovada e, por fim foi criado o quadro de vistoriadores, fato que não gerou polêmica dentro da Câmara, uma vez que a cobrança [se tratando dos loteamentos] não seria feita sobre o loteador, mas sobre o loteado. Outro fator diz respeito a ligação entre arrecadação municipal - obras públicas: sendo maior a arrecadação, os vereadores poderiam viabilizar mais obras para seus eleitores e/ou para os loteadores que o apoiaram ou para seus próprios loteamentos.

A necessidade de arrecadação por parte do poder público municipal também fez com que a Câmara indicasse projeto para a apreciação do Prefeito. O vereador Clemente Souza e Silva (UDN) encaminhou em 30/03/1951 (um mês antes da Mensagem acima do Prefeito), um projeto de lei propondo a criação de taxa de Cr\$ 50,00 sobre lote de terreno aprovado pela Divisão de Fazenda, independente das taxas já existentes⁴¹. Em sua justificativa, direta e rápida, diz que ao considerar “o interesse da Fazenda Municipal e a onerosidade de um processo de loteamento para os cofres da Prefeitura” sugeriu à Câmara a aprovação deste Projeto de Deliberação. O que chamo atenção é para a figura deste vereador que fez abertamente oposição aos loteadores

⁴¹ ACMSG. Projeto de Deliberação. N.º 137/51, de 30/03/1951.

como veremos no decorrer do trabalho. O fato é que este deixou clara a situação da necessidade de arrecadação face aos “cofres” da municipalidade.

Outro documento que não poderíamos deixar de analisar é o Projeto de Deliberação do vereador Cyro Bittencourt Machado⁴² a respeito da aprovação dos loteamentos pela Prefeitura. Sua justificativa já se inicia chamando atenção para o grande crescimento dos loteamentos na região que são feitos, em sua grande maioria, por grandes proprietários e empresas, onde muitos desses proprietários não estavam cumprindo com os termos de compromissos e os que compravam os lotes estavam saindo prejudicados, mediante as promessas existentes sobre a colocação de meios fios e sarjetas para águas fluviais.

Entretanto, havia a caução de lotes, ou seja, o loteador que não cumprisse com as determinações e prazos estipulados pelo termo de compromisso da Prefeitura deveria repassar alguns lotes para a municipalidade. Porém, segundo o vereador, muitas vezes o valor dos lotes era inferior as despesas com a colocação de meios fios e sarjetas. Logo, a municipalidade ficava com a responsabilidade de colocar os meios fios e sarjetas nos referidos loteamentos, causando ônus para a mesma.

Como já citamos, a intenção da municipalidade era urbanizar o município através de iniciativa particular e ainda aumentar sua arrecadação através dos referidos impostos. Contudo, os loteadores não vinham cumprindo as exigências e a municipalidade se via embaraçada. Outro ponto que alertamos é a respeito das cotas de cimento que os loteadores recebiam para a colocação de meios fios e sarjetas. Aqui ele ganhavam duplamente: recebiam a cota do cimento, vendiam e não cumpriam com o termo de compromisso; em seguida caucionavam alguns lotes que não correspondiam aos gastos com as devidas obras, obtinham as suas respectivas aprovações e fazia com que a municipalidade cuidasse dos melhoramentos. Sobre as cotas de cimento teremos um aprofundamento desta questão ao final do trabalho.

O projeto em questão apresentava algumas medidas para coibir tais abusos referentes a aprovação dos loteamentos, sendo encaminhado à Comissão de Viação e obras Públicas. A justificativa da comissão reconhecia a “desonestidade de alguns vendedores”, mas que as normas já existentes, caso fossem cumpridas, solucionariam os

⁴² ACMSG. Projeto de Deliberação. N.º 139/51, de 27/04/1951.

problemas, já que não poderia dificultar “os loteamentos a quem deve grande parte do nosso progresso urbanístico”. Dessa forma concluiu a Comissão que

“não deixando de reconhecer o desejo do nobre vereador, de bem servir o povo gonçalense e pôr termos ao abuso de indivíduos inescrupulosos que, muitas vezes, em prejuízo de outros, não cumprem os seus compromissos com os poderes públicos [...] opinamos pelo seu arquivamento”.

Apesar de reconhecer as irregularidades por parte dos loteadores, a Comissão achou por bem [ou mal] arquivar o projeto, deixando que as então atuais exigências fossem cumpridas. Melhor seria deixar os loteamentos expandirem desordenadamente do que não existirem, segundo a citada comissão.

Já no jornal, a população continuava a receber as notícias dos loteamentos como uma grande “vantagem” para o município. Selecionamos o artigo escrito por Astrogildo S. do Amaral, colunista do jornal e professor no município e, ainda, (como não poderia deixar de ser) loteador.

Em seu artigo “São Gonçalo e seu progresso⁴³”, deixou logo de saída a relação progresso = loteamento. Para ele, o município vinha passando por um “vertiginoso crescimento”, onde “sua evolução tem raízes profundas na iniciativa particular”, visto o grande crescimento das construções de moradias.

Como exemplo, citou o “grande e moderníssimo bairro do Mutuá, cidade modelo, construía sob modernos cuidados urbanísticos...”. Lembramos que o bairro Mutuá foi feito com o capital da Caixa Econômica, tendo como seu representante José Pedroso, figura já comentada em nossas linhas.

Por fim, diz que no Mutuá, “em breve teremos aí a verdadeira cidade de São Gonçalo, com todos os recursos indispensáveis a sua população, e a roupagem velha, carcomida da ‘vila’ irá ficando para o passado” e concluiu criticando o estado “deplorável” em que se encontrava a Sede do município.

Este artigo possui alguns elementos interessantes para análise. Ao contrário do que vinha assinalando o poder público municipal através dos diferentes documentos, a visão de “progresso”, “moderno”, esteve presente durante todo o discurso. Em seguida,

⁴³ Astrogildo S. do Amaral. **São Gonçalo e seu progresso**. Jornal “O São Gonçalo”, N.º 1072, 27/05/1951.

o autor fez a relação loteamento - cidade, ou seja, o loteamento não seria uma simples aglomeração de residências; mais do que isto, era a cidade planejada, idealizada, ultrapassando a histórica Sede. A antiga e colonial “vila” dava lugar agora para a pensada “cidade” gonçalense se equiparando as suas vizinhas capitais. Assim, os loteamentos eram, pelo discurso do artigo, uma grande vantagem para o município.

O que não podemos perder de vista é que o autor do artigo era loteador, logo trataria do assunto com grande parcialidade. O fato foi que houve grandes contradições entre os discursos do poder público municipal e os discursos encontrados no jornal.

A contradição continuou em dois requerimentos do vereador Clemente Souza e Silva. Desta vez, o vereador queria saber do Prefeito Municipal sobre os lotes caucionados do loteamento Galo Branco, de propriedade do vereador José Lourenço de Azevedo e se os mesmos haviam sido vendidos pelo último⁴⁴.

O outro requerimento⁴⁵ possuía o mesmo teor, querendo informações a respeito do loteamento Galo Branco, sobre os lotes caucionados e a colocação de meios fios. Desta vez, o requerimento seguiu para a Comissão de Justiça, segurança Pública e Redação que teve como parecer o encaminhamento do requerimento para o Prefeito para que assim pudesse informar a respeito.

Mais uma vez lembramos que o vereador José Lourenço de Azevedo, foi citado pelo parecer da Comissão de Viação e Obras Públicas a respeito de sua indicação apresentado no Governo anterior por possuir dois loteamentos, sendo que um, na época, encontrava-se irregular. Apesar de não encontrarmos a resposta do Prefeito a respeito do loteamento, ficou o indicativo da possível existência de irregularidade sobre a caução, vista a existência deste tipo no projeto citado acima do vereador Cyro B. Machado e o antecedente do loteador-vereador José Lourenço de Azevedo.

Conforme vinha tentando aumentar a arrecadação municipal, a população também reclamava por serviços. Tal fato foi visto nas diversas reportagens do jornal e dos requerimentos dos vereadores visando diversas melhorias. Contudo, uma era de grande importância: a questão da luz. A luz era vital para a população: segurança; bomba para a água; o rádio, companheiro da dona-de-casa.

⁴⁴ ACMSG. Requerimento N.º 692/51, de 28/08/1951.

⁴⁵ ACMSG. Requerimento N.º 699/51, de 30/09/1951.

Em mensagem à Câmara⁴⁶, o Prefeito visou a introdução da taxa de iluminação pública, trazendo, mais uma vez, diversos elementos em sua justificativa. A novidade aqui foi a cobrança dos serviços prestados através de uma taxa diferenciada, diante da dificuldade de expansão da rede. Em sua justificativa,

“o Município de São Gonçalo, na atual fase de franco progresso, dada sua proximidade com a capital do Estado e com o Distrito Federal, vem sendo preferido para justificadas inversões de capitais imobiliários, quer nas operações de loteamentos de suas extensas áreas de terras, quer na construção imediata de grandes núcleos residenciais”.

Como já assinalamos, a proximidade com Rio de Janeiro e Niterói era um fator de atração dessa população que não podia optar pelas capitais devido ao custo das moradias, se dirigiam para São Gonçalo para obterem sua residência própria. Outro ponto refere-se a inclusão do loteamento na justificativa da mensagem referente à iluminação, dada a importância do loteamento para o município e da necessidade de luz para estas localidades. E continua:

“Considerando que esse desenvolvimento vem exigindo, dia a dia, do Poder Público maiores encargos, no sentido de prover esses novos bairros de serviços vários de utilidade pública, entre os quais iluminação [...] [onde] os atuais encargos orçamentários do Município tendo em vista a carência de obras públicas, tais como as de pavimentação, não permitem a designação de maior verba para a ampliação da iluminação pública a extensão de novas redes”.

Desta forma, como a municipalidade não conseguia fazer com que os loteadores assumissem o calçamento e outros compromissos, a Prefeitura se encarregava das devidas obras, como assinalou o Prefeito, e repassava a taxa de iluminação para a população, uma vez a verba para a iluminação ia para o calçamento. Como não fazia com que os loteadores urbanizassem o município sem gastos para a Prefeitura, a saída encontrada foi cuidar da pavimentação e repassar a iluminação para a população em forma de taxa.

⁴⁶ ACMSG. Livro de Atas N.º 5.

Já o jornal noticiava em tom festivo as inaugurações da luz nos respectivos bairros. Em 23/12/1951, foi noticiada a inauguração da luz pública no bairro Porto da Pedra⁴⁷, conhecido até o momento da produção deste trabalho pela escola de samba que desfila no grupo especial do Rio de Janeiro. Esta inauguração contou com a presença de várias personalidades, entre elas o vereador Nezelino Baptista da Costa que disse, segundo o jornal, ter sido mais vitória do Prefeito que propriamente sua e a presença do próprio Prefeito, que discursou para a população local.

Em 15/06/1952, o jornal noticiou a inauguração da luz pública no bairro Brasilândia⁴⁸, o mesmo onde Luiz Palmier possuía seu loteamento e que o “Prefeito determinou esses serviços a pedido dos moradores locais, motivo porque muitos são os aplausos recebidos”.

Para não sermos exaustivos citaremos a terceira e última inauguração, desta vez no bairro Mutuá, onde, nas palavras do jornal, “essa providência foi das mais dignas e necessárias visto que o bairro Mutuá bem o merece, considerando-se a densidade da população ali encontrada⁴⁹”.

Logo, a inclusão da taxa de iluminação fez com que o poder público municipal pudesse oferecer os serviços de iluminação aos diversos bairros e contar com o apoio daquela população diante dos discursos feitos nas inaugurações ou o apoio do vereador daquela localidade que já vinha, de alguma forma, pleiteando os serviços para a localidade que o elegeu.

Outra saída que buscou o Prefeito Gilberto Pires foi o encaminhamento de mensagem para a Câmara⁵⁰ visando averbar as construções terminadas nos loteamentos aprovados. Em sua justificativa, os loteadores vinham facilitando as construções clandestinas, uma vez que antes da aprovação do loteamento, os mesmos davam posse aos compradores e liberavam as construções, o que não só causavam transtornos aos compradores como também da municipalidade, acarretando “prejuízo das averbações e evasão de rendas”. Já o termo de compromisso não era seguido pelos loteadores porque, segundo o Prefeito

⁴⁷ Jornal “O São Gonçalo”. **Festivamente inaugurada a iluminação pública no Porto da Pedra**. N.º 1543, 23/12/1951.

⁴⁸ Jornal “O São Gonçalo”. **Luz Pública na Brasilândia**. N.º 1146, 15/06/1952.

⁴⁹ Jornal “O São Gonçalo”. **Beneficiado o Bairro Mutuá**. N.º 1149, 26/06/1952.

⁵⁰ ACMSG. Mensagem N.º 14/51, 23/08/1951.

“os loteadores retardam a sua execução nos logradouros projetados, na expectativa de realizá-los com o capital obtido de compradores aos quais dão a posse provisória, em desacordo com a legislação que regula a espécie, compelindo a Municipalidade a tomar medidas extremas”.

Logo, os loteadores não tinham, segundo a visão do poder público municipal, seja Prefeitura, seja Câmara, através das constatações de diversas irregularidades. Segundo o Prefeito, os loteadores vendiam o lote antes mesmo de terem a planta aprovada visando a recuperação do dinheiro investido. Já a população comprava o lote barato e sem burocracia para rapidamente construir sua casa própria.

O Prefeito intencionou, conforme o artigo primeiro

“mandar averbar as construções terminadas nos loteamentos aprovados e cujos compromissos não foram ainda totalmente satisfeitos sem que o fato importe em aceitação definitiva dos logradouros, o que só se verificará depois de satisfeitas as exigências regulamentares”.

Assim, após diagnosticar a situação do município, legalizou as construções já existentes para assim poder arrecadar impostos, uma vez que os imóveis já se encontrariam averbados. O interessante é que a legalização serviu para os loteamentos aprovados, mas que, segundo seu próprio argumento, os mesmos aprovados encontravam-se irregulares. Segundo Segadas Soares, tal medida refletia uma benevolência por parte da municipalidade para as construções clandestinas, já que, em geral, eram feitas por pessoas de baixos recursos, onde a Prefeitura promovia, em tempos, uma legalização geral⁵¹.

A questão sobre a arrecadação municipal continuava em pauta. Em 30 de outubro de 1951, nova mensagem do prefeito a Câmara⁵², desta vez para apresentar as atualizações do Código Tributário. Tais atualizações foram feitas em comparação com o código de outros municípios. Sobre o imposto territorial, parte que nos interessa, foi citado nesta mensagem o que mostra a sua importância, onde foi elaborado através da comparação com os códigos dos municípios de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e

⁵¹ Segadas Soares. *op. cit.*, p. 37.

⁵² ACMSG. Mensagem N.º 17/51, 30/10/1951.

Petrópolis, uma vez que tais municípios possuíam semelhanças com São Gonçalo. É importante fazer menção devido à utilização do trabalho de Segadas Soares sobre Nova Iguaçu no presente trabalho. Podemos afirmar que o crescimento da arrecadação do município no governo Gilberto Pires deveu-se, juntamente com fatores já citados, a atualização do código tributário, uma vez em que houve uma revisão dos valores, bem como uma equiparação com a nova realidade em que se encontrava o município.

Assim terminou o primeiro ano do Governo Gilberto Pires e como assinalamos no início, houve um grande adensamento na discussão referente aos loteamentos. Mas este foi apenas o primeiro ano. A tentativa de reverter o papel e vendo ainda de forma positiva a introdução dos loteamentos no Município, onde a leitura de “progresso” fazia com que o poder público municipal não puxasse as rédeas de controle do processo, levando a crer que em algum momento, como num passe de mágica, a ordenação seria espontânea. Vimos que o poder público estava tendo grandes dificuldades em ordenar o crescimento do município. Passamos no próximo capítulo a tratar de uma questão em separado e de grande importância para o processo de loteamento: A questão dos transportes.

IV - Cidade Em Movimento: A Relação entre os Meios de Transporte e Loteamento

I
“São Gonçalo terra bôa
de quem vou fazer um
esboço
teu povo vae ficando
teu povo vae ficando velho”

Começamos este capítulo com fragmento da poesia de Honorina Torrezão “São Gonçalo ontem e hoje”, publicado no jornal “O São Gonçalo”, em 04/01/1953 e que nos acompanhou por todo este capítulo⁵³, servindo também como introdução dos tópicos que seguem. Isto porque, como o título propõe, faz uma comparação entre o “ontem” e o “hoje”, segundo a visão da própria autora, mostrando continuidades e descontinuidades sobre o assunto deste capítulo: os transportes no município sob o paradigma urbanista dos loteamentos.

O que entendemos como “ontem”, refere-se ao município ainda em transição do rural para o urbano e o “hoje”, na visão da autora, a cidade em seu “progresso”, no momento de expansão dos loteamentos, deixando para traz do estigma de “vila”.

Sem nos preocuparmos com a estética do poema, nosso objetivo buscou um entendimento das redes de transportes que compõe o Município e sua ligação com o processo de urbanização, onde um está, *a priori*, intrinsecamente ligado ao outro. Sabemos que os meios de transportes foram de grande importância para o processo de loteamento do Município, uma vez que estes faziam a ligação de São Gonçalo com a capital do Estado e o distrito federal, fazendo do município um local acessível para os trabalhadores instalarem suas residências, funcionando como condicionador e indutor

⁵³ Jornal “O São Gonçalo”. Honorina Torrezão. **São Gonçalo Ontem e Hoje**. N.º 1203, 04/01/1953.

do processo de crescimento urbano⁵⁴. Nosso primeiro passo será mostrar como os loteadores utilizaram deste fator para atrair compradores para seus lotes através de uma propaganda de venda de lotes veiculada no jornal “O São Gonçalo⁵⁵”:

Jardim Vista Alegre No Bairro do Rocha

Magníficos lotes de terrenos a venda a prazo e a prestação

Clima de verdadeiro sanatório

O Senhor ou Senhora ainda não teve margem de adquirir um lote de terra, para garantir seu futuro?

Então vá hoje mesmo, tomar posse de um belo e valioso lote no Jardim Vista Alegre, bairro denominado Rocha, junto a Estrada do Colubandê, onde se comunica com bondes e ônibus de Alcântara, S. José, Sta. Izabel, Rio Bonito e outros todos ou as barcas, sem entrada, a partir de Cr\$12.000,00 com prestações ao alcance de todos, com luz particular no local, água nascente em todos os pontos, parada de trens da E.F.C.B, antiga Maricá, linha de ônibus Rocha, que prosseguirá até o local e ainda a inesquecível linha de ônibus com itinerário Mutondo - Colubandê - Tribobó - Barcas, que entrevistado o empresário, fez firme e valiosa promessa.

E si já tem um lote, compre outro para seu filho ou para si mesmo, lembre-se do provérbio - cresci e multiplicaie” (...)

Esta propaganda foi escolhida dentre várias outras porque abarca um maior número de elementos que caracterizam o loteamento. Analisemos esta propaganda relembando os pontos já discutidos em momentos anteriores.

No título da propaganda o nome do loteamento “Jardim Vista Alegre” traz o termo “jardim” que é comum para denominar os loteamentos: Jardim Catarina, Jardim Santa Izabel, Jardim Bom Retiro, entre outros. Em seguida temos “magníficos lotes de terrenos a venda a prazo e a prestações”, o que era a forma mais comum de venda em prestações, sendo direcionada a pessoas de baixos recursos.

⁵⁴ Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro. **Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997, p.225-226.

⁵⁵ Jornal “O São Gonçalo”. **Jardim vista Alegre**. N.º 1001, 15/01/1950.

Continuando, observamos a grande vantagem de se comprar este lote: a disponibilidade que o mesmo possui dos serviços de transportes: bondes, ônibus para outras localidades e para as barcas, o que era de grande importância para o proletariado deslocar-se até o local de trabalho.

Em seguida é citada a facilidade de obtenção de lote: “sem entrada, a partir de Cr\$ 12.000,00 com prestações ao alcance de todos [...]”. Como comentamos acima, por estar voltado à pessoas de poucos recursos, facilitava-se ao máximo a venda, já que a oferta por outros lotes também tornava a disputa acirrada.

A propaganda segue informando a infra-estrutura do local: “com luz particular no local, água nascente em todos os pontos [...]”. A luz fornecida pela Cia. Brasileira de Energia Elétrica (CBEE) encontra-se ainda muito tímida nas residências do município, sendo responsável por diversas reclamações, seja através da opinião pública refletida no jornal “O São Gonçalo”, seja pelos diversos requerimentos dos vereadores encaminhados ao prefeito. Já a distribuição de água encanada atravessa por discussões entre Governo do Estado - Prefeitura Municipal devido ao contrato da última com a Cia. Concessionária (Cia. Brasileira de Águas e Esgotos de Niterói), que não resolveu o problema de abastecimento de água no município, arrastando-se por vários anos.

Por fim, os trens de subúrbio da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB) que transportavam os trabalhadores gonçalenses até Neves ou o ramal da Estrada de Ferro Leopoldina {que era outro ramal, por isso não foi citado pela propaganda) que transportava até Niterói foram de vital importância para o desenvolvimento do município, por ser transporte barato e de massa. Já a promessa da linha de ônibus, como a própria notícia colocou, dependia primeiramente da venda de lotes para haver investimento por parte do empresário, tendo assim o monopólio dos transportes em seu loteamento sendo outra fonte de acúmulo de capital.

Como podemos observar, uma forma muito comum na época e que estava incorporado no processo de loteamento - a promoção das vendas - carrega vários elementos que traduzem o processo de loteamento e apontam os agentes: o loteador-incorporador que visava o acúmulo de capital aproveitando não só da venda de terras, mas também de outros meios de acúmulo de capital; e o loteado - população de baixa renda que busca moradia em regiões onde seu salário pudesse adquirir uma propriedade e que ao mesmo tempo esta propriedade tenha ligação com seu local de trabalho.

Buscamos através da análise da propaganda do loteamento revisarmos o que já foi dito e aprofundarmos na questão dos transportes dentro do Município. Nosso próximo passo será destrinchar os meios de transportes que compõe esta rede no município.

II

*Te conheço desde o tempo
Do tal bondinho de fogo
Que queimava nossa roupa
E nossa vida, punha em jogo...*

III

*Tinha o tal bonde um apito
Que estrilhava sem parar
Os bichos corriam assustados
E as moças espiar*

IV

*Os conhecidos passarem
E um adeusinho fazer
Para elas, isto bastava
Já era um grande prazer*

No primeiro capítulo mostramos que o crescimento do município não poderia ser feito somente com moradores da cidade. O censo de 1950 aponta sua população com 127.276; já o censo de 1960 seu número sobe para 244.617, tendo um crescimento de 92%. Em detrimento a este crescimento populacional, os meios de transportes deveriam acompanhá-lo ou “improvisar” serviços que atendam a demanda. O fato é que a infraestrutura do município não acompanhou o crescimento populacional, ocasionando aglomerados urbanos desprovidos dos menores serviços, como tivemos oportunidade de observar anteriormente.

O serviço de **bondes** foi um tradicional transporte dentro do município, ligando Alcântara à capital fluminense. Segundo Fábio Nunes Machado⁵⁶, estudando o processo

⁵⁶ Fábio Nunes Machado. **A atuação do Poder Público na Construção do Espaço Urbano Gonçalense, entre os anos 1920 – 1950**. Monografia apresentada ao curso de História da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. São Gonçalo: 2002.

de urbanização no bairro de Neves no período compreendido entre 1920 à 1940, apontou para a precariedade do serviço. Em suas palavras

“... o principal transporte coletivo da época passa a sofrer veementes protestos principalmente na década de 40, pelo mau estado de conservação de suas linhas (trilhos corroídos, afinados, tortos e superpostos) o que colocava em risco a vida dos passageiros e pela constante irregularidade de horário”.

Nesta passagem podemos perceber que, anteriormente a explosão da “febre imobiliária” no município, o serviços de bondes já causavam indignação na população, segundo apontou o jornal “O São Gonçalo”. Isto explica a escassez de matérias citando os bondes, quando comparamos com outros meios de transportes, no período em questão.

A primeira reportagem intitulada “Bondes para o Mutuá⁵⁷” pede para que este serviço seja estendido ate os bairros do Mutuá, Itaúna e Nossa Senhora da Paz (todos loteamentos!), já que eram populosos bairros de operários que ficariam contemplados com os serviços.

A segunda citação, na realidade, desdobra-se em duas situações. Em reunião da Câmara dos Vereadores em 08/06/1954, o vereador Lauro Soares faz um protesto dos abusos executados pelos fiscais e inspetores do serviço de carris, sucessora da Cantareira que faziam baldeação na praça Zé Garoto (estação próxima a prefeitura e ponto final do bonde que vinha de Niterói), obrigando senhoras, velhos e crianças a trocarem de bonde (para se chegar ao Alcântara), causando grande transtornos aos usuários⁵⁸.

Em resposta ao vereador, o inspetor Alexandrino C. Nunes escreveu uma carta endereçada ao jornal à qual é publicada sob o título de “A baldeação de passageiros no cruzamento Zé Garoto⁵⁹”. Aqui defende a baldeação (e seu emprego) informando que tudo é feito “com devido respeito, sem os obrigar a isso ou aquilo, e sem tumultos ou quedas”.

⁵⁷ Jornal “O São Gonçalo”. **Bondes para o Mutuá**. N.º 1179, 09/10/1952.

⁵⁸ Jornal O São Gonçalo. **Reuniu-se a Câmara**. N.º 1351, 10/06/1954.

⁵⁹ Jornal O São Gonçalo. Alexandrino C. Nunes. **A baldeação de passageiros no cruzamento Zé Garoto**. N.º 1353, 17/06/1954.

Vemos no primeiro testemunho o transporte de bondes ser solicitado pela população de três bairros e no segundo, a crítica ao serviço prestado, entretanto transparecendo que a população continuava ainda utilizando estes transportes. O fato é que o crescimento populacional fez com que este serviço tornasse ineficiente, conforme a necessidade de troca de carris, acarretando demora numa sociedade que rapidamente está se urbanizando e necessita de rapidez para tal: a cidade moderna não mais pode aguardar que velinhos tomem seus lugares para a saída dos transportes.

Outro serviço que encontramos reclamações foi os bondes de bagageiros, que faziam a ligação dos produtos que entravam através dos transportes de barcas, via Porto Velho e Sete Pontes. O requerimento n.º 557/51 de autoria do vereador Osvaldo Rodrigues da Silva⁶⁰ pedia ao Presidente da Casa, Flávio Monteiro de Barros, encaminhasse um ofício à Cia. Cantareira de Viação Fluminense (bondes), para que obedecesse aos horários de bagageiros que faziam o transporte Barcas - São Gonçalo via Porto Velho e Sete Pontes.

Apesar da necessidade do comerciante local em possuir o serviço de bondes de bagageiro, este chega a esperar três horas (segundo o vereador) ou mais pelo serviço, onerando as mercadorias. Aqui vemos as redes de transportes se interligarem, contudo não oferecem serviços que atendessem o rápido crescimento populacional do município, apesar de sua grande importância junto aos comerciantes. A ligação com as barcas deveria possuir outro transporte que escoasse rapidamente os produtos.

Logo vemos outro meio de transporte que auxiliou a integração São Gonçalo - Niterói - Rio de Janeiro, fazendo de São Gonçalo um lugar de estadia de trabalhadores e dando o caráter suburbano ao município. As **barcas**, segundo Márcia Nelma Braga, faziam a integração marítima transportando passageiros e/ou produtos do município para os portos de Niterói e Rio de Janeiro⁶¹.

Este transporte também foi criticado pelos seus serviços, mostrando que também não acompanhou o rápido crescimento. Primeiramente, a necessidade de ampliação destes serviços para atender a demanda da população gonçalense. O requerimento n.º 663/51 de autoria do vereador José Lourenço de Azevedo⁶² solicitava ao prefeito que

⁶⁰ ACMSG. requerimento N.º 557/51, 12/03/1951.

⁶¹ Maria Nelma C. Braga. **O Município de São Gonçalo e suas Histórias**. São Gonçalo, Edição Independente, 1997, p. 121-125.

⁶² ACMSG. Requerimento N.º 663/51, 03/07/1951.

buscasse junto a Frota Carioca S/A ou outra companhia para criar um serviço de lanchas entre Rio de Janeiro e um dos portos de São Gonçalo. Deixamos para o próprio vereador justificar seu pedido:

“Grande parte da nossa população trabalhadora exerce suas atividades no Rio. É vultoso o deslocamento diário de trabalhadores de São Gonçalo para a Capital da República”.

O vereador começou argumentando que a maioria dos trabalhadores do município trabalhava no Rio de Janeiro, sendo de grande importância a ligação com esta cidade através de um serviço marítimo de transporte regular de passageiros e cargas, beneficiando não somente os trabalhadores, como também a indústria e o comércio. O requerimento em questão foi aprovado pela câmara, fato que traduz a necessidade deste transporte e a ligação com a então capital federal. Nas palavras de Marilena Peluso e Kátia Rangel

“A travessia Rio/Niterói sempre teve papel fundamental na história dessas duas cidades. No caso do Rio, na medida em que configura num acesso importante, possibilitando o intercâmbio comercial e turístico com várias cidades do interior e, em maior escala, pela captação de um considerável contingente de mão-de-obra deslocado de Niterói e São Gonçalo⁶³”.

Outro requerimento que tem como o transporte marítimo a sua essência é de autoria do vereador Capelo Ivo Teixeira Folhadela⁶⁴, solicitando ao presidente da Casa o envio de um ofício ao capitão do porto do Rio de Janeiro para que a empresa Frota Carioca, que fazia o transporte marítimo Rio - Niterói, colocasse uma tabuleta informando o número de passageiros que cada embarcação comporta, uma vez que a mesma empresa trafegava com suas embarcações superlotadas.

Em resposta, o capitão Luiz Teixeira Martins, informou que o regulamento não previa a obrigatoriedade do número de passageiros exposto em local visível na embarcação e quanto ao excesso de lotação nas embarcações de transporte de

⁶³ Kátia Araújo de Marco Rangel & Marilena dos Reis Peluso. **A travessia Rio-Niterói**. Niterói: Fundação Atividades Culturais de Niterói, 1983, p. 9.

⁶⁴ ACMSG. Requerimento N.º 998/52, 21/11/1952.

passageiros na Frota Carioca, a fiscalização estava sendo feita. Chamo atenção para o itinerário das embarcações em questão (Rio - Niterói) que levou a um vereador de outro município a se manifestar sobre o assunto. Tendo o requerimento anterior do vereador José Lourenço de Azevedo solicitado o serviço marítimo regular da mesma empresa, podemos acreditar que esta acusação foi uma forma de pressionar a empresa a instalar a linha São Gonçalo - Rio de Janeiro, onde a superlotação deveu-se ao elevado número de residentes no município de São Gonçalo, fazendo com que o vereador sentisse no direito de reclamar, uma vez que este serviço não encontrava regularmente em seu município. O requerimento foi a plenário em 05/11/52, seguindo para a comissão de obras que, não tendo nada a opor, deu seu parecer favorável em 12/11/52 e, por fim, acabou sendo aprovado em 12/11/52.

O último requerimento⁶⁵ diz respeito à necessidade de aterrizar as rua de acesso ao cais que ficava situado na Ilha das Flores, no distrito de Neves, para melhorar o seu acesso daqueles passageiros que se dirigiam ao Rio de Janeiro. A necessidade de melhor escoamento da população através de obras de infra-estrutura eram solicitadas com o intuito de fazer com que o trabalhador se dirija mais rapidamente para seu local de trabalho, valorizando o município pela proximidade com a capital federal⁶⁶.

Vemos assim o crescimento urbano-populacional do município solicitando melhorias em sua rede de transporte para atender a população e tornar o município mais dinâmico. A necessidade de estar ligado com o distrito federal era essencial principalmente para os loteadores que dependiam desta ligação para a valorização de seu loteamento, fazendo de São Gonçalo um lugar viável para aquele trabalhador que não tinha condições de comprar terreno na capital fluminense ou no distrito federal.

XVIII

*Tem cinema, estação de radio,
Cartórios e prefeitura,
Bondes elétricos e ônibus
Também puericultura*

⁶⁵ ACMSG. Requerimento N.º 251/53, 11/11/1953.

XIX

*Ruas calçadas e largas
E ainda um lindo castelo
Automóveis em profusão
Tem tudo que é belo*

Os serviços de **ônibus** ganharam forte impulso neste período. O aumento populacional e o rápido crescimento dos loteamentos trouxeram a necessidade de um novo transporte que fizesse a ligação dos “focos” urbanos que não estavam servidos por linhas de bondes e/ou trens de subúrbios ou que apenas passavam nas chamadas “entradas” dos loteamentos, havendo necessidade de ligação da estação até a residência, visto o tamanho de alguns loteamentos.

Um exemplo já citado é o do bairro Mutuá que reclamou da falta de serviços de bondes e que será servido por ônibus. Segundo o requerimento n.º 623/51 do vereador Oswaldo Rodrigues da Silva⁶⁷, requereu da E.F. Leopoldina cancelas na travessa 18 do forte e rua Leopoldina, uma vez que “ o número de coletivos naquela (s) via (s) pública (s) é (são) de tráfego contínuo”.

No trabalho já citado de Fábio Nunes Machado⁶⁸ observamos o serviço de auto-ônibus vinha crescendo desde a década de 40, devido as melhorias ocorridas nas vias do município. Outro fator, foram os incentivos dado pela municipalidade para a instalação de linhas de ônibus municipais, com trajeto exclusivo dentro da municipalidade, ficando isentos dos impostos municipais dentro do prazo de cinco anos⁶⁹.

Uma ilustração desta afirmação vem do vereador Silvio Vale, apresentando à câmara a Indicação n.º 101/51, afirmando que

“os meios de transportes em nosso município são fatores de preponderante progresso [e] os dirigentes da empresa de ônibus Mau com seu alto espírito progressista, muito tem realizado no sentido de dar ao município um magnífico serviço de transporte coletivo de passageiros, entre este e o município de Niterói”⁷⁰.

⁶⁷ ACMSG. Requerimento N.º 623/51, 28/05/1951.

⁶⁸ Fábio Nunes Machado. *op. cit.*

⁶⁹ APPMSG. Ato N.º 37, 01/09/1938. Este ato foi instituído pelo Prefeito interventor Eugênio Borges dando isenção pelo prazo de cinco anos as empresas de transportes que introduzissem linhas municipais ligando os pontos centrais do município as localidades rurais.

⁷⁰ ACMSG. Indicação N.º 101/51, 07/03/1951.

O primeiro ponto diz respeito aos elogios feitos a uma empresa de ônibus, mostrando o seu crescimento. O segundo, diz respeito ao seu “alto espírito progressista”, termo ligado ao paradigma nacional-desenvolvimentista do período; e o terceiro ponto aponta para o itinerário: o município de São Gonçalo e Niterói.

Foi feito o comentário sobre a decadência dos serviços de bondes no município, favorecendo diretamente os ônibus; outro ponto foi a necessidade de ligação dos loteamentos com Niterói e Rio de Janeiro, regiões que absorviam grande parte da mão-de-obra do município de São Gonçalo, dando o caráter suburbano e o estigma de “cidade-dormitório”.

Outro testemunho da necessidade de integração dos meios-de-transportes e da ligação com as capitais fluminense e federal apresenta-se no requerimento n.º 6/51, de Oswaldo Rodrigues da Silva⁷¹, que já apontou o crescimento dos transportes na região. Desta vez o vereador solicitou o envio de um ofício à viação Cabuçú para que justificasse a retirada dos ônibus da linha barcas-Gradim, uma vez que os operários dependiam deste transporte. Mais uma vez, apontamos para a necessidade e a importância dos ônibus fazendo a ligação dos povoados urbanos com as Barcas, para assim obterem meios de acesso à capital federal.

A resposta da Viação Cabussú foi dada em 26/03/51⁷², informando que os ônibus foram retirados da linha Barcas-Gradim “ em virtude do péssimo estado em que se encontra a estrada”. Assim, a falta de infra-estrutura adequada dificultou o desenvolvimento das redes de transporte que eram fundamentais para a urbanização do município. Como já foi dito, o crescimento da infra-estrutura da cidade não acompanhou a grande explosão urbano-populacional do período em questão.

O projeto do vereador José Lourenço de Azevedo propondo a construções de estações rodoviárias⁷³ esbarrou em seu problema estrutural das vias, retratando a problema em que se encontrava o município. O projeto foi justificado pela grande densidade populacional, onde o número de empresas de ônibus era muito grande, com expansão rápida por todo o município e a população tinha preferência por este

⁷¹ ACMSG. Requerimento 06/51, 09/03/1951.

⁷² A resposta da Viação Cabuçú encontra-se anexada ao referido requerimento.

⁷³ ACMSG. Projeto N.º 134/51, 09/03/1951.

transporte. Assim propôs a criação de estações rodoviárias em Neves, Covanca, Paraíso, Rodo de São Gonçalo e Alcântara.

Após ser encaminhado à comissão de obras da Câmara, foi apresentado parecer contrário ao projeto visto que, apesar de ser de grande interesse da população “viajar em ônibus, automóvel, lotação, e até a pé, em nosso município, é um sacrifício incomparável pela abundância de buracos, falta de abaulamentos de estradas, falta de calçamentos ou calçamentos incompletos”, não tendo como fazer estações rodoviárias se o município não possuía vias apropriadas ao trânsito. Embora não sendo citado a cidade de Niterói como destino, a ligação de Alcântara com Neves faz parte do itinerário para chegar à capital fluminense.

O jornal “O São Gonçalo” também nos serviu matérias carregadas de elementos que nos ajudaram a pensar o transporte de ônibus. A matéria “Trinta milhões de cruzeiros para melhoramentos públicos municipais⁷⁴” enfatizou a melhoria imediata do problema de calçamento das vias de Porto Velho e Alcântara. Esta verba viria do governo estadual e ultrapassou mais de 50% da arrecadação municipal prevista para aquele ano (1952). Observamos a prioridade dada pelo Poder Público Municipal em melhorar as vias do município.

Na mesma edição, a matéria “O preço do ônibus e a Prefeitura⁷⁵” chamou atenção para o aumento das passagens que prejudicou diretamente a população, onde a municipalidade não tomou nenhuma providência quanto ao assunto.

Apesar do jornal não apresentar nenhuma manifestação por parte da municipalidade, em 14/09/52, a matéria intitulada “Progresso do Município e problemas da administração”⁷⁶ criticou o que o artigo chamou de “boicote” ao empréstimo de Cr\$ 30 milhões, que serviria para melhorias do município, com calçamento, criação de mercados, escolas, mais água e luz, melhorias do serviço médico e social, ou seja, toda infra-estrutura que não vinha acompanhando a explosão demográfica no município. Note-se também o discurso “progressista” presente no título da matéria.

Vimos até aqui que houve necessidade de aprimorar as redes de transportes no município de São Gonçalo para que facilitasse o escoamento desta crescente população

⁷⁴ Jornal “O São Gonçalo”. **Trinta Milhões de cruzeiros para melhoramentos públicos municipais**. N.º 1147, 19/06/1952.

⁷⁵ Jornal “O São Gonçalo”. **O preço do ônibus e a prefeitura**. N.º 1147, 19/06/1952.

⁷⁶ Jornal “O São Gonçalo”. **Progresso do Município e problemas da administração**. N.º 1172, 14/09/1952.

para as capitais fluminense e federal. Desta forma, analisamos a necessidade dos ônibus para operários alcançarem as Barcas em direção ao Rio de Janeiro ou seguir no próprio ônibus para Niterói, carecendo de melhorias urbanas, como o calçamento dessas vias.

Retomando a propaganda que nos serviu como ponto de partida, vimos a necessidade dos loteamentos serem servidos pelos transportes. Constatamos também a “promessa” do loteador em instalar uma linha de ônibus. Mostramos como as empresas de ônibus estavam em plena expansão neste período e como a municipalidade favorecia suas instalações e a existência de monopólios destas linhas (p. ex. viação Cabussú). Resta-nos buscarmos em outros exemplos a solidificação que, *a priori*, estas linhas de ônibus surgiram em decorrência do crescimento dos loteamentos e que eram favorecidos pelos monopólios existentes.

Começamos citando um artigo publicado no O São Gonçalo - “A viação melhoramento Galo Branco e seu progresso⁷⁷”. Esta reportagem foi uma entrevista feita com o proprietário da viação, comentando o grande número de empresas dentro do município e que estas nasceram e cresceram com o “progresso” dos bairros que estavam surgindo naquele momento e o loteamento Galo Branco, de propriedade do vereador José Lourenço de Azevedo (citado pelo próprio jornal) enquadra nesta descrição.

O dono da empresa, o entrevistado José Nascimento, foi quem passou a informação do rápido crescimento do bairro Galo Branco, qualificando-o como “moderno” que, pelo seus números, antes transportava 300 passageiros/dia, contava naquele momento com 2.000 passageiros/dia, sendo esta a única linha de ônibus que fazia a ligação do bairro com a sede do município. Esta entrevista demonstrou que o surgimento dos loteamentos fez com que, paralelamente, surgissem linhas de ônibus para ligar os aglomerados aos centros urbanos.

Outro exemplo veio do loteamento Santa Izabel, na reportagem “Ainda a linha de lotação Santa Izabel⁷⁸”, estampada na primeira página, chamando atenção para a necessidade de transporte para o 2º distrito, onde este transporte encontrava-se em mãos do empresário Castrucci, que detinha o monopólio da linha e de quem não possuímos informações. Outra matéria publicada - “O povo do 2º distrito pede

⁷⁷ Jornal “O São Gonçalo”. **A viação Melhoramento Galo Branco e Seu Progresso**. N.º 1207, 18/01/1953.

⁷⁸ Jornal “O São Gonçalo”. **Ainda a Linha de Lotação Santa Izabel**. N.º 1306, 03/01/1954.

microônibus”⁷⁹ - acusando o ex-prefeito Egylio Justi e Hamilton Xavier (juiz de cartório) estarem agindo contra o interesse da população, intervindo junto ao governo estadual com o intuito de impedir o funcionamento de uma linha de microônibus entre Santa Izabel e Niterói, dando continuidade a polêmica da questão.

Já informamos que Belarmino de Mattos fazia oposição à Egylio Justi, o que justificaria tal acusação; outro ponto diz respeito à necessidade de ligação com Niterói, dando o caráter suburbano ao município de São Gonçalo.

O que chamou atenção foi o ofício encaminhado à Belarmino de Mattos e publicado juntamente com este artigo, agradecendo a sua “atitude desassombrada de seu brilhante jornal em defesa do povo local, [...] acabando de uma vez por todas, com esse monopólio de uma família [...]”. Observamos que a própria população sentia necessidade de acabar com o monopólio, já que a empresa não oferecia serviços que satisfizesse a população, que não possuía outra opção. Outro fato foi a utilização do jornal como porta-voz e defensor desta população, que enviou assinaturas juntamente como o ofício.

Por fim, citamos mais um artigo do jornal - “Com a viação Mau”⁸⁰ que reclamou a retirada de ônibus da linha Engenho Pequeno - Niterói, ficando apenas com a linha que saía do Rodo de São Gonçalo. Com a saída desses ônibus já lotados no Rodo, ao chegar nas imediações deste bairro, já se encontravam incapacitados de receber mais passageiros “causando sérios prejuízos aos operários, estudantes e a todos quanto tem que usar aquela condução”.

A matéria informa sobre a facilidade e conforto que os ônibus proporcionavam à população que seguia para Niterói, apontando a preferência da população por este transporte diante dos demais. O interessante foi a caracterização dos passageiros: operários e estudantes que utilizavam com frequência este transporte, apontando Niterói não apenas como um lugar de trabalho, mas de obrigar as instituições de ensino que se serviam aos gonçalenses.

Através desses testemunhos concluímos que existiam monopólios de empresas de ônibus em decorrência ao surgimento dos loteamentos que necessitavam de transporte para se deslocarem aos seus locais de trabalho e que este monopólio não era

⁷⁹ Jornal “O São Gonçalo”. **O Povo do 2º Distrito Pede Microônibus. Vibrante Apelo Dirigido ao ‘São Gonçalo’ com mais de 200 Assinaturas.** N.º 1308, 10/01/1954.

⁸⁰ Jornal “O São Gonçalo”. **Com a Viação Mauá.** N.º 1337, 22/04/1954.

favorável à mesma população que, não possuindo opções, ficava “a deriva”, sendo obrigada a se servir destes ônibus.

XXI

*Tudo tudo ele tem
trens de subúrbio, estação
boas casas de comércio
até auto-lotação.*

Por fim, resta-nos abordarmos o último transporte do município e que foi vital para a explosão dos loteamentos: **os trens de subúrbio**. Segundo Fábio Nunes Machado⁸¹, a partir da década de 40 ocorreu a dinamização dos serviços das estradas de ferro, com a introdução de trens de subúrbios: trens de pequeno percurso “que tinham como objetivo atender necessariamente a classe operária do município, diminuindo a extensão da linha para somente bairros operários”. Através de documentos da Câmara Municipal apontamos a importância dos trens de subúrbio através do surgimento e expansão dos loteamentos e, por fim, reafirmamos o estigma de “cidade-dormitório” do município.

São Gonçalo possuía dois ramais de trens de subúrbios: a Estrada de Ferro Central do Brasil (E. F. C. B.), conhecida também como antiga Estrada de Ferro Maricá, que percorria os bairros de Neves, Barro Vermelho, Santa Catarina, Rocha, Galo Branco e Santa Izabel. O segundo ramal pertencia à Estrada de Ferro Leopoldina (Leopoldina Railway), saindo de Niterói e passando pelas estações do Barreto, Porto da Madama, São Gonçalo e Alcântara⁸².

Damos início citando o requerimento n.º 632/51, de autoria do vereador Lauro Soares⁸³ que chamou atenção para o tráfego da Leopoldina encontrar-se lotado, pedindo ao chefe de tráfego a colocação de mais duas classes nos trens de subúrbio para Niterói. O primeiro ponto chama atenção para a lotação dos trens que, mantendo seu número, não suportava mais a quantidade de passageiros, devido ao crescimento populacional que vinha sofrendo o município e a constante necessidade de ligação com Niterói.

⁸¹ Fábio Nunes Machado. *op. cit.*

⁸² Maria Nelma C. Braga. *op. cit.* p. 121-125.

⁸³ ACMSG. Requerimento N.º 623/51, 28/05/1951.

Partindo para outro requerimento de autoria do vereador José Lourenço de Azevedo⁸⁴ chamou atenção para o crescimento do bairro do Rocha, com os loteamentos do Galo Branco, Boqueirão Pequeno, Chumbada, Malafaia e Morro da Peça, apontando a necessidade de construção de uma plataforma da EFCB, que atendesse aos operários ali residentes. O crescimento desses loteamentos faz com que haja uma parada de trens [transporte de massa, barato e rápido] e, conseqüentemente, a valorização do loteamento que está servido por ele . Nestes dois documentos observamos o crescimento populacional do município que pede mais transportes para os trabalhadores e não podemos esquecer que o vereador José Lourenço de Azevedo era proprietário de loteamentos na região do Rocha.

Outro requerimento de autoria do mesmo vereador José Lourenço de Azevedo⁸⁵ traz uma descrição mais detalhada do transporte de trens de subúrbio no município, pontuando a necessidade deste transporte para os operários que residiam nas zonas mais afastadas, que saíam muito cedo para se dirigirem ao trabalho, onde muito desses se deslocavam para Niterói e o Distrito Federal . O horário em que os trens trafegavam não atendiam à demanda da grande maioria de passageiros, sendo esta maioria constituída de operários, necessitando de mais dois trens de subúrbios, onde sairiam à tarde às 17:00 h e outro às 19:00h em direção ao município e às 5:00 h e outro às 6:00 h em direção à capital fluminense, com a mudança da estação inicial de Neves para a estação de General Dutra, na avenida Jansen de Melo, em Niterói.

Vemos claramente o crescimento populacional necessitar de mais transportes que influenciaram diretamente na procura por moradias no município, visto que morar em São Gonçalo só tornaria possível com serviços de transportes que integrassem à metrópole. Outro fator referiu-se ao horário dos trens com saídas de Niterói e de São Gonçalo, revelando o caráter dormitório e suburbano do município: rumo à Niterói pela manhã e a volta para São Gonçalo ao término do expediente e a mudança do ponto inicial de Neves para Gal. Dutra, para que este ramal se ligasse diretamente com a capital fluminense, muitas vezes neste trabalho já comentada a necessidade de ligação.

Neste requerimento encontramos anexada a resposta da Estrada de Ferro Central do Brasil, em 28/08/51, informando já ter estudado a criação de novos trens de subúrbios, tendo como base resultados estatísticos, visto o crescimento populacional; já

⁸⁴ ACMSG. Requerimento N.º 548/51, 12/03/1951.

⁸⁵ ACMSG. Requerimento N.º 650/51, 03/07/1951.

a mudança da estação inicial de Neves para Niterói dependeria de convênio com a “The Leopoldina Railway”, onde a E. F. C. B. não possuía interesses em implantá-lo .

Outro requerimento que reforça tudo o que foi dito até aqui, é de autoria do vereador Osvaldo Rodrigues da Silva⁸⁶, tendo como eixo o preço das passagens. Em suas palavras, o município era “habitado em sua totalidade de homens pobres, que saem pela manhã e voltam a noite”. Comentamos que o loteamento foi uma alternativa encontrada pelos trabalhadores que não encontrando moradia na capital federal devido a alta dos preços ou das terras estarem mantidas como reserva de valor, o município de São Gonçalo torna-se uma oportunidade desses trabalhadores de poucos recursos em adquirirem suas moradias, devido ao seu menor valor e facilidade de pagamento, saindo pela manhã e retornando ao final do dia, como próprio assinalou o vereador, fazendo do município uma “cidade-dormitório”.

Na seqüência, o vereador chamou atenção para o itinerário dos trabalhadores: para o próprio município pelas suas indústrias ali instaladas, para a capital do Estado e para o distrito federal, informando o alto custo de vida da população, apontando o aumento nos preços dos transportes, citando os ônibus, bondes e empresas de lotações. Afirmando que os trens de subúrbios possuíam a preferência dos trabalhadores que pagavam Cr\$ 0,80 (oitenta centavos de cruzeiros) a passagem, reclamou dos preços no município em comparação ao distrito federal, tendo como base a quilometragem percorrida e a diferença salarial que, segundo o vereador, atingia 20%, fazendo, desta forma, um encaminhamento à Leopoldina Railway para que abaixasse as passagens no município.

Retiramos deste documento os elementos que caracterizam o subúrbio: trabalhadores de poucos recursos, necessidade de ligação com as capitais, logo um transporte rápido e barato, nos horários que atenda a chegada e saída dos trabalhadores.

É importante fazermos uma colocação a respeito dos documentos utilizados. Nossa intenção primeira foi buscar elementos que apontassem as idéias, argumentos, discursos, enfim, que trouxessem testemunhos para o nosso problema, não nos preocupando se estes requerimentos foram atendidos, o fato é que trazem propostas pensadas, discutidas e (na visão de cada ator) necessárias para o município e/ou interesses próprios ou de outrem.

⁸⁶ ACMSG. Requerimento N.º 973/52, 30/07/1952.

Mais um requerimento que utilizamos para ilustrar nosso trabalho pertence à Capelo Ivo Teixeira Folhadela⁸⁷ solicitando aos trens da E. F. Maricá (Central do Brasil) que trafegassem até a estação General Dutra em Niterói, para os moradores dos bairros que estivessem servidos por esse ramal pudessem se dirigir à Capital do Estado onde, segundo o próprio, a maioria dos seus residentes encontravam-se trabalhando ali. Para isto, deveria acontecer o entendimento entre a Estrada de Ferro Leopoldina e a EFCB, uma vez que a estação final da Central do Brasil era em Neves. O fato é que não foi nenhuma novidade este pedido, visto que outro vereador José Lourenço de Azevedo fizera a mesma colocação (req. n.º 650/51), um ano antes. Isto demonstra a necessidade por parte da vereança em fornecer o transporte para a população e a ligação com Niterói.

Na mesma sessão o vereador apresentou outro requerimento (req. 992/52) pedindo à EFCB a colocação de mais dois trens de subúrbios com partidas da estação Sacramento às 04:50h e 05:50h para Niterói e 16:50h e 17:50h de Niterói para a estação Sacramento. Conforme a própria justificativa do vereador

“tendo crescido o movimento dos bairros servidos pelo atual subúrbio da E. F. Maricá, e os moradores na maioria operários que ganham pequenos vencimentos, muitas vezes não podendo pagar passagem de ônibus que estão por preços absurdos, é justo que os poderes competentes dê aos moradores deste bairro um meio de condução mais barato e mais rápido, que são os trens de subúrbio da Estrada de Ferro”.

Vemos que o vereador começou assinalando o crescimento dos bairros onde passa a Estrada de Ferro. Em seguida apontou os “preços absurdos” das passagens de ônibus, onde tratamos anteriormente. Os monopólios das linhas de ônibus resultaram em serviços ruins e onerosos para a população, onde esta dependia dos trens por ser um transporte mais barato. O fato é que os trens da Central do Brasil não chegavam à Niterói, fazendo com que a população em Neves fosse obrigada à seguir de ônibus até Niterói.

Por fim, temos a resposta do primeiro requerimento que pedia mais dois trens de subúrbios, onde o vice-diretor da EFCB informou não ser possível, pois encontrou dificuldades na linha Niterói-Sacramento. Como já colocamos, a não efetivação da

⁸⁷ ACMSG. Requerimento N.º 999/52, 05/11/1952.

proposta não diminui o valor deste documento para a nossa pesquisa, visto que a região de Sacramento “abrigava” alguns loteamentos, tais como o loteamento Santa Isabel e o loteamento Bairro Vista Alegre que mencionou em sua propaganda a existência de trens da Central do Brasil e várias linhas de ônibus.

Após esta explanação tiramos algumas conclusões sobre a relação transporte-loteamento no município de São Gonçalo. Primeiro diz respeito ao seu caráter suburbano, tendo este período como o seu nascedouro, onde, apesar de manter em suas indústrias, parcela desta mão-de-obra, a maioria seguia para a capital fluminense e o distrito federal, fazendo com que a cidade recebesse o estigma de “dormitório” já que essa leva de trabalhadores saía pela manhã e retornaria somente ao final do dia.

Isto só foi possível pela existência de uma rede de transportes que fizesse a integração com a metrópole, logo, o segundo fator relaciona-se com as ofertas de moradias para operários no município e o grande “boom” imobiliário fazendo com que aumentasse a necessidade por transportes, onde essas moradias seriam mais valorizadas caso fosse servidas pelos transportes. Segundo Geiger, “a população operária de São Gonçalo (13.263 em 1950) é o dobro do número de operários que trabalham em suas indústrias (6.893)”⁸⁸. A diferença representava as levas de trabalhadores que se dirigem a Niterói e ao Rio de Janeiro, atestando o caráter suburbano da cidade”. Por fim, a cidade de São Gonçalo não acompanhou o grande crescimento populacional, necessitando de infra-estrutura que servisse a população. Conforme a descrição de uma reportagem do mesmo jornal do ano de 1954, diz que “os novos bairros surgem aumentando a população e criando em conseqüência, a crise dos transportes”⁸⁹.

Contudo, conceituar São Gonçalo como cidade-dormitório não diminui sua importância como objeto de estudo; pelo contrário. O município possui suas especificidades como muito assinalamos e, mesmo que esteja dependente das capitais e seus moradores para lá se dirigiam diariamente, muito ainda temos que conhecer e refletir sobre São Gonçalo e a própria maneira com que seus moradores encaravam esta questão. Espero ainda poder contribuir para tal.

Saindo dos bondes à vapor e chegando aos trens de subúrbio vimos o crescimento urbano-populacional retratado na poesia de Honorina Torrezão, apontando

⁸⁸ Pedro Pinchas Geiger. *op. cit.* p. 499.

⁸⁹ Jornal “O São Gonçalo”. **Facilitando a instrução dos estudantes de Sete Pontes e Mutuá**. N.º 1318, 14/02/1954.

o “progresso” do município. Enfim , a poesia que começou no “ontem”, como estaria o “hoje” da autora ? Em movimento, deixando para o leitor responder a direção :

XXVII

*caminha com passo firme
não te deixes abater
mostra que os papa-goiabas
também tem fibra, a valer*

*Continua para frente
É assim que a gente faz
não te iguales ao caranguejo
que só anda para traz.”*

V – Propostas Vazias e Discursos Fracassados: Governo Pires e sua Herança.

A relação entre transportes-loteamento feita no capítulo que se seguiu, nos serviu para observarmos mais nitidamente a relação entre os agentes e entendermos melhor a própria dinâmica do loteamento. Visto que a discussão deu-se necessariamente no Governo Gilberto Pires, continuemos a abordar o restante de seu mandato.

O ano 1952 caracterizou-se principalmente pela inauguração de um grande loteamento na região que até nossos dias continua em expansão. Ao passo que analisamos o processo inicial do loteamento da fazenda Trindade podemos entender mais profundamente o próprio processo de fracionamento de outras fazendas, pois, apesar de suas especificidades, há também relações com outros loteamentos.

O loteamento da Trindade localiza-se no 1º distrito do Município de São Gonçalo e seu interesse em focalizá-lo deveu-se a grande repercussão dada pelo dito jornal, deixando testemunhos onde pode-se acompanhar sua formação. Outro fator é a existência da Imobiliária Trindade LTDA, responsável pelo loteamento, pertencendo a mesma família, onde a memória do loteamento é muito “familiar”, no sentido de sentimentos pessoais envolvidos nas declarações e nos materiais fornecidos.

Como já foi dito, os loteamentos são resultados de fazendas estagnadas que, aproveitando a procura de moradias, fracionam suas terras em lotes. Com o loteamento da Trindade não foi diferente. Antes, porém, falaremos um pouco da trajetória da Fazenda da Trindade através dos dados fornecidos pela Imobiliária Trindade LTDA. , ainda hoje funcionando no Rodo de São Gonçalo [Centro] e que neste ano completou seu jubileu [50 anos] , pertencendo à mesma família que a loteou⁹⁰.

A fazenda da Trindade foi adquirida por Francisco José Ramos e D. Thereza Maria Moreaux Ramos, em 19 de julho de 1877 por 14 contos de réis. Seu cultivo era

⁹⁰ Este material foi produzido pelos próprios proprietários da imobiliária com intuito de “resgatar” a própria memória da família. Numa das incursões realizada à imobiliária nos foi concedido o material pelo seu gerente Paulo César, neto da Sr.^a Leonor Ramos Corrêa.

de café, lavoura [não especificado] e gado. Deste matrimônio nasceu Leonor Moreaux Ramos, no dia 21/01/1886 em São Gonçalo. Com a morte dos pais, Leonor vai para sua residência no Rio de Janeiro onde estavam seus parentes, mantendo ainda a fazenda.

Ao casar-se mais tarde com Lauro Augusto Corrêa volta para São Gonçalo reativando a fazenda, aumentando a criação de gado, plantação de laranja, abacaxi e outras lavouras, chegando a receber menção honrosa na 1º Exposição-Feira de Produtos Agrícolas e Industriais do Município de São Gonçalo, em 27 de setembro de 1931, no concurso de produtos agrícolas.

Com a morte de seu marido, D. Leonor, seguindo orientação de seu genro Humberto Soeiro de Carvalho, organizou em 11 de dezembro de 1951 a Imobiliária Trindade LTDA, para lotearem a fazenda. Segundo dados da Imobiliária, o loteamento deu-se devido o avanço do parque industrial, ficando impraticável a manutenção das grandes propriedades rurais. Em discurso feito por Humberto Soeiro de Carvalho na ocasião da inauguração do loteamento, a intenção da D. Leonor e sua família seria a cooperação para o progresso da zona urbana do município. Entretanto, devido a retração da atividade agrícola e a procura de moradias próximas ao Distrito Federal, o fracionamento de terras foi uma saída encontrada pelos proprietários para manterem ganhos com suas terras.

A expectativa do jornal foi grande no lançamento do loteamento, visto na matéria intitulada “Mais uma nova cidade surgirá em São Gonçalo⁹¹”. Como falamos anteriormente, os loteamentos eram vistos como “cidades”, dando a visão de “progresso” e gigantismo, visto que, teoricamente, possuíam toda sua estrutura planejada com escolas, postos de saúde, praças, ou seja, estrutura de uma “cidade” e pela “contribuição para o progresso do município” que a Imobiliária estava realizando.

Por estar realizado em parte em área urbana, o dito jornal informou que o plano de loteamento encontrava-se aprovado pela prefeitura [requisito essencial para se lotear um terreno], onde suas dimensões alcançam 2.500.000 m², havendo 4454 lotes, com cerca de 111 ruas e avenidas, existindo área para reservatório de água, escola municipal e parque infantil, ou seja, uma verdadeira “cidade”.

O loteamento (bem como a venda dos lotes) foi feito pela Imobiliária Trindade LTDA, organizada pela própria família Corrêa. Vimos que as empresas loteadoras uniam-se a proprietários de terras para lotearem o terreno, onde o primeiro encarregava-

⁹¹ Jornal “O São Gonçalo”. **Mais uma Cidade Surgirá em São Gonçalo**. N.º 1545, 13/01/1952.

se de todos os serviços necessários, cuidando também das vendas dos lotes, cabendo ao proprietário receber parte dos lucros dessas vendas ocorrendo muitas vezes ter participado das etapas do loteamento. Neste caso encontramos uma peculiaridade, já que os proprietários do terreno fundam uma empresa imobiliária para lotear a terra e promover a venda, ficando a cargo dos mesmos a gerência da empresa, tendo à frente D. Leonor Corrêa e seu filho Levy Ramos Corrêa.

A inauguração do loteamento deu-se num domingo, em 20/01/52, um dia antes do aniversário de D. Leonor [21/01/1886] e como acontece nas inaugurações, seguiu-se de grande festa para centenas de pessoas que presenciaram o evento, segundo estimativas do jornal⁹².

Nos discursos pronunciados na ocasião⁹³, o já citado Dr. Humberto Soeiro de Carvalho, genro de D. Leonor e idealizador do loteamento, explicou os motivos que levaram a Sr.^a. Leonor e seus filhos a lotearem suas terras, cooperando assim para o progresso do município.

Depois de outras personalidades como vereadores, o diretor do jornal “O São Gonçalo” Berlamino de Mattos [sendo citado como representante da imprensa], discursou, seguido pelo Prefeito Gilberto Afonso Pires “que felicitou os proprietários daqueles vastos terrenos e se congratulou com os moradores de Alcântara”. Notemos que o prefeito privilegia a inauguração do loteamento aproveitando para cooptar eleitores daquele recente foco eleitoral, onde a relação do prefeito com os loteadores era feito de forma “familiar”.

O primeiro lote foi vendido neste evento [uma “venda simbólica”] para João Baptista Ramos, residente na cidade de São Gonçalo, pelo preço de Cr\$ 25.200,00 em 90 prestações de Cr\$ 280,00 cada. Assinou a proposta de compra o corretor Silvio Ramos e o gerente da Imobiliária Levy Corrêa.

O que chama atenção foi uma pequena nota de esclarecimento publicada nesta mesma edição informando que o Prefeito Gilberto Afonso Pires não possuía interesses e nem ocupava cargos na Companhia Emancipadora Fluminense S.A., uma empresa de loteamento que atuava na região metropolitana do Rio de Janeiro.

Em 15/06/52, o jornal noticia a inauguração dos escritórios da Imobiliária Trindade LTDA., pois a grande procura pelos lotes levou a Imobiliária a instalar um

⁹² Jornal “O São Gonçalo”. **Será lançado hoje o loteamento da Fazenda Trindade.** N.º 1546, 20/01/1952

⁹³ Jornal “O São Gonçalo”. **Bairro Trindade.** N.º 1547, 27/01/1952.

escritório para viabilizar as vendas, devido a venda de 600 lotes em três meses⁹⁴. O mesmo jornal ressalta ser esta “uma organização genuinamente gonçalense”, devido a entrada de empresas de outras localidades no município, dando o tom regionalista do jornal. A Imobiliária localiza-se na praça Luiz Palmier, no chamado Rodo de São Gonçalo, ponto central no Município de São Gonçalo.

Em entrevista com o gerente da empresa Levy Ramos Corrêa, este declarou que a procura pelos lotes fez com que houvesse necessidade da instalação de um escritório para atendimento ao público. O próprio gerente chamou atenção para a Imobiliária ser “uma organização genuinamente gonçalense, por isso fazemos questão que as vendas sejam, de preferência, feitas por pessoas residentes, como tem acontecido. Nesses três meses de atividade somente em São Gonçalo e para gente de São Gonçalo foram vendidos 600 lotes”.

A necessidade do escritório reflete a grande procura de lotes de terras dentro do município, do crescimento da empresa e da forma como os agentes - loteadores / moradores - interagem. As vendas que eram feitas através de *standard* no local, passa para escritório junto ao Rodo, local estratégico dentro do município. Contudo, apesar do discurso regionalista do gerente, este período é de grande fluxo de pessoas para a região, acarretando num crescimento de 92% da população, ficando difícil o entendimento de que esses lotes sejam adquiridos somente pela população local.

O jornal continuava a promover o loteamento. Na edição de 11/09/52, com a matéria intitulada “O Bairro Trindade⁹⁵” permaneceu a exaltação do empreendimento, com proximidade dos transportes e a existência de um grande grupo escolar, citando-o como “um dos bairros mais progressistas do município”.

O grupo escolar em questão ilumina o caminho que nos norteia. O chamado “grupo escolar Dr. Adino Maciel Xavier” pertence ao Estado do Rio de Janeiro, que tem com seu governador Amaral Peixoto. O patrono do grupo escolar, Dr. Adino, possui uma empresa loteadora (Sociedade Imobiliária Gonçalense), é proprietário de loteamento⁹⁶ (Vila Iara) e deixou o cartório onde possuía o cargo de oficial do registro de imóveis da 1º Circunscrição da comarca do município para ser ministro do tribunal de contas sendo nomeado pelo governador Amaral Peixoto. Os terrenos para a construção do grupo escolar foram adquiridos através de mediações entre o prefeito

⁹⁴ Jornal “O São Gonçalo”. **Inaugurados os Escritórios da Imobiliária Trindade Ltda.** N.º 1146, 15/06/1952

⁹⁵ Jornal “O São Gonçalo”. **O Bairro Trindade.** N.º 1171, 11/09/1952.

⁹⁶ Jornal “O São Gonçalo”. **Edital de Loteamento.** N.º 1113, 21/02/1952.

municipal Gilberto Afonso Pires, o patrono Dr. Adino Xavier “e ainda da veneranda fazendeira D. Leonor Ramos Corrêa cujo feliz entendimento permitiu ser adquirida pelo Estado vasta área de terreno, pela quarta parte de seu valor”.

No mês de outubro de 1952 ocorreu a divulgação da Segunda parcela dos lotes que foram postos à venda pela imobiliária⁹⁷. Além de divulgar o grande crescimento do bairro, os 700 lotes que foram expostos à venda primeiro, já se encontram vendidos. Esta nova parte, segundo o jornal, localiza-se à esquerda da Ponte Seca até confrontar com os terrenos do loteamento Nova Cidade, onde serão expostos mais 700 lotes para a venda através da própria empresa.

A Imobiliária buscava também incentivar as construções no bairro. Para isto, a Sr.^a. Leonor instituiu o prêmio Lauro Corrêa entre os compradores de terrenos que tivessem construído suas residências até às vésperas do natal. Este prêmio fornecia a quitação do terreno, premiando também o corretor que o vendera em Cr\$ 2.000,00 e também um prêmio para a melhor construção, incentivando também a estética do bairro.

Na edição de 25/12/52, “O São Gonçalo” noticia o evento de natal onde os prêmios foram distribuídos. O Dr. Humberto Soeiro de Carvalho, advogado da empresa e genro de D. Leonor lançou seu discurso exaltando a “cooperação do poder público na construção do bairro, sem o qual não seria possível, certamente, o progresso que ali se observava, daquelas numerosas e lindas vivendas já habitadas muitas delas⁹⁸”.

O prefeito Gilberto Afonso Pires também aproveitou o evento e discursou estimando os proprietários da Imobiliária Trindade pelo evento e por trazerem o progresso e aumentando o patrimônio da cidade. Em seguida, o diretor d’O São Gonçalo aproveitou também para pronunciar algumas palavras aos presentes. Por fim, como não poderia deixar de ser, foi servido um “*lunch*”, com refrigerantes e bebidas finas.

O que ficou claro nesta matéria é a cooperação do poder público municipal na construção do loteamento, onde a municipalidade favorecia empreendimentos particulares argumentando que os mesmos traziam o “progresso” ao Município. Progresso este que envolve interesses dos diferentes agentes, favorecendo diretamente os loteadores e o Poder Público Municipal, onde os primeiros ganham com a venda de seus lotes e simpatia dos loteados e o segundo angaria eleitores daquela região em função do “apoio” prestado aos cidadãos.

⁹⁷ Jornal “O São Gonçalo”. **A Imobiliária Trindade Limitada**. N.º 1177, 02/10/1952

⁹⁸ Jornal “O São Gonçalo”. **O Natal no Bairro Trindade**. N.º 1200, 25/12/1952

Analisar o processo germinal do loteamento Trindade nos serviu para melhor compreendermos o processo dentro da região. Lembramos ao leitor que este foi apenas um entre centenas de loteamentos que estavam surgindo na região neste período. Este processo foi apenas uma célula dentro do tecido do município de São Gonçalo. Discursos promissores por parte do Prefeito não querem dizer que os loteamentos estavam melhorando as cambaleadas finanças do município.

Ao tempo em que o Bairro Trindade ganhava as páginas do jornal, o próprio veículo de comunicação noticiava na matéria “Progresso do Município e Problemas da Administração”. A grande dificuldade em arrecadar para a realização das devidas obras de infra-estrutura como calçamento, luz mercados, escolas, assistências médica e social, terminando com tom profético a reportagem dizendo: “e não ficarão decepcionados os doze mil eleitores e futuras lutas eleitorais virão e o povo, por certo, saberá distinguir o trigo do joio [...]”.

Ficou certo que a desenvolvimento urbano do município refletiria em votos, como defendemos em nosso trabalho. Aqui o jornal deixou claro em seu “aviso” aos eleitores do município. E o Prefeito Gilberto Pires sabia desta relação; aumentando o perímetro urbano e suburbano diante das áreas rurais, deixou mais uma vez clara a tentativa de aumento da arrecadação municipal diante dos loteamentos.

Isto porque na justificativa da Mensagem 27/52, o Prefeito informou à Câmara que a maioria dos bairros que estavam surgindo na zona rural eram remanescentes de áreas loteadas, onde a municipalidade não conseguia arrecadar e, ao mesmo tempo, “vem realizando muitos serviços públicos [...] sem, no entanto, auferir qualquer renda das inúmeras construções existentes nesses povoados⁹⁹”.

Com a ampliação da zona urbana e suburbana, a Prefeitura poderia cobrar assim os impostos territorial e predial, de forma que recairia sobre a população e não sobre o loteador os valores referentes dos terrenos loteados. O que entendemos é que a Prefeitura vinha procedendo melhorias naquelas zonas, melhorando os loteamentos e sem receber nada por isso. Mais uma vez os loteadores vinham recebendo as vantagens dos serviços públicos e melhorando o próprio empreendimento.

Entretanto, o ano de 1953 seria o ano da virada do governo Gilberto Pires. Este foi o momento em que o discurso de “progresso” começou a perder força frente a

⁹⁹ APPMSG. Livro 175, Mensagem N.º 27/52, 17/12/1952.

realidade do município. A reportagem que se segue deixa muita clara a situação do déficit orçamentário e o papel dos loteamentos.

“Tudo tem limite. Aqui nesta terra muita gente tem gozado do bom e do melhor em detrimento da coletividade.

Construiu-se muito em São Gonçalo sem licença de obras, muita gente não paga impostos pelo prazer de confundir a administração municipal.

Tudo ocorreu a revelia até que o dia em que foram proibidas as averbações ex-offício e conseqüente fiscalização das obras particulares e agora que foram recolhidos todos os meios de aumentar as rendas municipais para dar melhor assistência a primordiais obras públicas¹⁰⁰...”

A relação melhorias de arrecadação/loteamentos se mostra nesta passagem, deixando claramente a perspectiva do poder público. Mais claro ainda ficou nossa linha de pensamento quando o jornal entrevistou o chefe do executivo em comemoração ao segundo aniversário de sua administração.

Perguntado pelo jornal sobre as fontes de renda municipal, principalmente o imposto predial, deixamos as palavras do Prefeito responder a pergunta:

“O imposto predial constitui a maior fonte de renda do município, sendo mesmo o que sempre supera a previsão orçamentária.

Com o funcionamento do serviço de lançamento, agora organizado com o objetivo de melhor atender as necessidades do município e com a futura ampliação das zonas urbana e suburbana a ser apresentada à Câmara Municipal, é de se prever que não só melhorará a arrecadação como também serão beneficiados os proprietários atingidos com tal medida”¹⁰¹.

O que entendemos do processo de loteamento seria a tentativa do poder público em arrecadar verbas, ao passo que os loteamentos seriam empreendimentos que teriam a infra-estrutura instalada pelos incorporados. Como dissemos sobre a mensagem 27/52 que tratou sobre a ampliação dos perímetros urbano e suburbano, a expansão dessas áreas teriam o único objetivo de melhorar a arrecadação municipal. Aqui, nas palavras

¹⁰⁰ Jornal “O São Gonçalo”. Na Prefeitura. N.º 1208, 15/01/1953.

¹⁰¹ Jornal “O São Gonçalo”. O Segundo Aniversário da Administração de São Gonçalo. N.º 1211, 01/02/1953

do Prefeito, vemos esta afirmação e os moradores os loteamentos que arcariam com seus respectivos impostos, enquanto que os proprietários teriam (mais uma vez) as devidas obras de melhoramentos e conseqüentemente a valorização de seu negócio.

Apesar de ter buscado melhorias na arrecadação do município com a premissa de melhorias urbanas, algumas companhias loteadoras continuaram não atendendo as diretrizes municipais onde o poder público municipal em nada agiu contra tal situação. O sucessor do prefeito Gilberto Pires, Joaquim Lavoura (1955-1959) em mensagem à Câmara informa que “é absoluta a falta de planejamento, onde a administração encontra-se desaparelhada, onde nada existe de prático no setor de urbanismo, tendo como conseqüência núcleos isolados desprovidos do mais elementar requisito técnico¹⁰²”...

Nesta mensagem o então prefeito Lavoura informou que os governos passados em nada contribuíram para o crescimento urbano. Mas, e as melhorias da arrecadação? Quem responde é o Zé Povo, em poesia publicada no Jornal “O São Gonçalo” de 15 de junho de 1952¹⁰³:

Ao Pelo... do contribuinte

São Gonçalo está cansado
Dessas poesias com mel,
Eduardo prefeiturando
o dinheiro a granel...

O dinheiro que se paga
de impostos asfixiantes
é jogado à lama vaga...
Pela incúria dos governantes!

A verdade é essa mesma
nua e crua sim senhor...
O contribuinte é a presa
dos que dizem “eu sou”...

A grandeza deste estado
de tanta barbaridade
é misselania empacotada!
Só com rótulo, sem qualidade!

Deixe disso seu Eduardo
Procurador de Comuna,

¹⁰² APPMSG. Livro 242, Mensagem N.º 33/55, 24/06/1955

¹⁰³ Jornal “O São Gonçalo”. **Ao pelo... do contribuinte**. N.º 1146, 15/06/1952.

quem paga já está “danado”
de ver cantar a “graúna”...

O seu verso é sempre lindo,
seu autor mestre e porvir,
não queira cantando e rindo
Ao “pelo” do “Zé” subir!...

Zé Povo

Esta poesia do Zé Povo é feita em protesto à poesia de Eduardo Pacheco, o então procurador da prefeitura de São Gonçalo, loteador (Mutuá-Guassú), e figura de acesso ao jornal, ou seja, um típico agente em defesa de seus interesses, que publicou uma poesia intitulada “Apelo ao Contribuinte” incitando a população a pagar em dia seus impostos, sendo publicada na mesma edição do dia 15 de junho de 1952¹⁰⁴.

Como se não bastasse a ironia do jornal à respeito aos impostos, o ano de 1954 nos reservou um cronista que publicou alguns artigos criticando abertamente os loteamentos. O que chamamos atenção é que este ano foi de eleição e o jornal abriu espaço para este tipo de críticas, onde no início do Governo Gilberto Pires, como observamos, só foi elogios para os loteadores. Não tendo o objetivo de responder a questão levantada, vamos de encontro ao “cronista” Sebastião Giannerini, onde acompanhamos analiticamente seus escritos.

A primeira crônica chamou-se “O pântano de Mutuá¹⁰⁵” e remeteu-se ao calçamento executado naquele bairro. Lembremos ao caro leitor que o bairro do Mutuá foi citado no capítulo I tendo como referência a análise de um dos agentes em questão (o loteador) e o mesmo que o jornal noticiava como o “grande bairro” que trazia o “progresso ao município”, feito com investimentos da Caixa Econômica Federal do estado do Rio de Janeiro, onde José Pedroso tinha o cargo de presidente. Contudo, nas linhas do “cronista” o calçamento não tinha se dado conforme noticiava o jornal. Em suas palavras

“O trecho de calçamento feito pela Caixa Econômica
Federal do Rio de Janeiro, nesta rua (18 do Forte) deveria

¹⁰⁴ Eduardo Pacheco. **Apelo ao contribuinte**. Jornal “O São Gonçalo”, N.º 1146, 15/06/1952. O autor é o mesmo que citamos na poesia referente ao “idealizador” do bairro Mutuá, José Pedroso. Na poesia em questão, seu autor reforçou a necessidade de se estar com o imposto em dia para que a cidade prospere e tenha um desenvolvimento urbanístico.

¹⁰⁵ Sebastião Giannerini. **O pântano de Mutuá**. Jornal “O São Gonçalo” N.º 1394, 07/11/1954.

começar do Rodo de São Gonçalo e terminar na esquina da Rua Manoel Serrão [...]; desrespeitaram um contrato aprovado e sacramentado pela Câmara Municipal de São Gonçalo se necessário se tornou que o calçamento seguisse uma rua interna do Bairro para facilitar o corretor a vender as casas da colina, deveria a Caixa gastar um pouco mais e calçar as duas ruas, estaria respeitando o contrato e beneficiando ao povo”.

O que chamou atenção neste artigo foi a promessa no primeiro momento de calçamento e melhorias diretas para a população ali residente. Porém o que vimos foi a “quebra” de contrato com o poder público municipal e, segundo seu autor, com a intenção de vender os lotes menos acessíveis. O “progresso” que foi noticiado num primeiro momento deu lugar à duras críticas.

Para não nos alongarmos muito, deixaremos dois artigos de duras críticas ao bairro para analisarmos o artigo que vem com o título “Praia da Luz¹⁰⁶”, que nos deu claramente a visão do agente loteador e os grandes lucros que alcançavam. Vamos seguir a linha de pensamento do “cronista” que começou lembrando o lugar aprazível do balneário, uma vez que tal praia localiza-se as margens da Baía de Guanabara, cercada de grande beleza e concluiu:

“[...] a Fazenda da Luz foi loteada deu 2.121 lotes, estão sendo vendidos atualmente, oscilando os seus preços entre Cr\$ 50.000,00 e 100.000,00 com entrada e 10 e 20% conforme o lote, faça uma continha e veja a quanto monta mais ou menos este empreendimento. O veículo principal para a venda de lotes é a tão falada Praia da Luz; qual foi a inversão de capital nesta praia para melhor impressionar o visitante”?

Como já foi dito, o custo inicial para se lotear uma área é muito baixo; não se coloca nenhuma infra-estrutura. Neste caso, a beleza natural do lugar já é o ponto forte para as vendas e os lucros atingidos são enormes, ao passo que os fazendeiros vinham enfrentando dificuldades na lavoura. Os interesses ficam claramente expostos, à medida que encontramos um contraponto que nos serviu de base para o reforçar nossa defesa de que os loteadores buscavam o lucro, o poder público municipal não tinha forças para

¹⁰⁶ *Idem*. **Praia da Luz**. Jornal “O São Gonçalo”, N.º 1398, 21/11/1954.

ordenar o crescimento urbano e os moradores, na intenção de obter moradia própria, apostavam todas suas fichas na esperança de um dia conseguir alguma melhoria.

Por fim, o artigo chamado “Loteamento¹⁰⁷” traduz tudo aquilo que foi dito no decorrer deste trabalho. Com duras críticas diretamente direcionada aos loteadores, Sebastião Giannerini começou lembrando ao leitor o tempo em que São Gonçalo era um grande produtor e exportador de fruticultura, mas que, no momento em que escrevia, não produzia para o próprio consumo. Contudo, os produtores foram “expulsos” de suas terras para dar lugar aos loteamentos. Acompanhemos o trecho a seguir:

“Pronto, aí estava uma área loteada; os trilhos que eles deram alcunha de ruas, não tinham meio fio, com raras exceções, não tinham luz, água, nem esgoto. Era entregue a hábeis corretores que com mil promessas convenciam aos incautos operários, dizendo-lhes por esta passará o bonde, por aquela outra rua passará o ônibus, etc., etc., assim era vendida toda a área. Qual loteamento tem água, luz e esgoto? Nenhum”!

Conforme observamos no decorrer do presente trabalho, a criação de taxas como a de iluminação, que trazia em sua justificativa explicitamente o papel dos loteamentos, não foi realizada conforme muito noticiada pelo jornal. A falta de infra-estrutura e a promessa de condução, como foi visto no capítulo referente aos transportes, a propaganda de venda trazia claramente a promessa de transportes para o referente loteamento. Neste momento temos os pontos-chaves da pesquisa se encontrando e entrelaçando e acreditamos que o leitor passou a entender melhor o “jogo” do loteamento no município de São Gonçalo.

Assim terminamos o Governo Gilberto Afonso Pires observando que todo o discurso que vinha sendo feito de melhorias urbanas e da arrecadação em nada se concretizou. As críticas estavam expostas e deveriam ser estancadas. Nada melhor um discurso de oposição para o novo Prefeito e foi assim que se elegeu o sucessor de Pires.

Contudo o município se viu embaraçado, carente de infra-estrutura, de direção. Muita água ainda estava para rolar. O poder público municipal saiu perdendo, mas não foi gratuitamente: pagou seu preço. A população deu sua resposta nas urnas elegendo

¹⁰⁷ *Idem*. **Loteamentos**. Jornal “O São Gonçalo”, N.º 1401, 02/12/1954.

aquele que prometia acabar com a “imoralidade” e sanar o déficit orçamentário que se encontrava o município. O discurso mudou, mas a prática, a mesma.

VI - Ordem é a Palavra de Ordem: Governo Joaquim Almeida Lavoura

O Governo Lavoura (1955/59) foi marcado por uma mudança no discurso referente aos loteamentos: agora não era mais sinônimo de progresso; era necessário alguém ordenar o crescimento urbano de São Gonçalo diante da “anarquia” que se encontrava o município. Diante das discussões existentes dentro da Câmara, tivemos a visão de “moralidade” que acompanhou este governo e sua tentativa de melhoria da arrecadação, mas com outro discurso.

Desta forma, acompanhamos os passos do poder público sobre a discussão em torno do Ato 35. Este Ato, implantado na interventoria de Eugênio Borges, datado de 18 de agosto de 1938, regulava as construções proletárias através da planta, facilitando a aquisição de moradia para os trabalhadores e dando isenções de impostos para famílias com mais de cinco filhos. O Ato é facilmente entendido dentro da conjuntura do Estado Novo, que via na assistência ao trabalhador (e à família) uma das formas de reprodução da força de trabalho, onde a habitação foi um ponto estratégico¹⁰⁸.

Em sua justificativa, o interventor chamou atenção para a deficiência de moradias no município em detrimento a grande procura que vinha ocorrendo, onde “o Estado Novo vem procurando facilitar às classes trabalhadoras a aquisição de suas casas”, visto que a constituição de 1937 protegia a família e, por fim, que a população do município era constituída, “na sua quase totalidade”, de proletários¹⁰⁹.

Nestes termos, o Prefeito Joaquim de Almeida Lavoura (PTN) enviou Mensagem N.º 26/55, onde o projeto de lei em anexo pretendia, em suas palavras, que o Ato 35 seja “revigorado, observando-se, no entanto, algumas alterações e restrições aconselhadas pelas condições atuais”. Logo, se tratando de um projeto que atinge diretamente a população e ainda, dentro do processo de expansão de construção no município, onde a facilidade e a falta de burocracia para a construir são chaves para o

¹⁰⁸ Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro & Adauto Lúcio Cardoso. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: Ribeiro, Luis Cesar de Queiroz & Pechman, Roberto (orgs). **Cidade, Povo e Nação: Gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 1996. p. 60-61.

¹⁰⁹ APPMSG. Livro N.º 28, Ato N.º 35, 18 de agosto de 1938.

entendimento do processo, esta discussão ganhou muito espaço dentro da Câmara demonstrando a importância das construções no município.

O prefeito justificou o projeto de lei através da crítica direcionada aos loteadores. Em suas palavras, “não se justifica, por exemplo, que particulares e companhias usufruam lucros fabulosos, valendo-se das felicidades do Ato, cujo único fim é o de possibilitar a construção da casa própria”. Sendo assim, buscou a extinção do artigo 9º do Ato, visto que este artigo permitia a construção de casas proletárias por qualquer empresa ou companhia para a venda, mas o que vinha ocorrendo, segundo o Prefeito, era o aluguel dessas moradias. Outro ponto defendido pelo Prefeito era a supressão da isenção de pagamento de impostos, durante dez anos, para o chefe de família que possuísse cinco ou mais filhos menores, conforme anunciava o Ato.

Nesta passagem demonstrou claramente o que estamos acompanhando no trabalho: devido ao não cumprimento dos loteadores e as dificuldades encontradas pela municipalidade em orquestrar o processo, a saída foi a supressão do Ato e não mais facilitar o acesso à construção ao proletariado.

O que vemos foi a intenção do executivo e de sua representação na Câmara aprovar o projeto em questão. Como a prefeitura não faz com que os loteadores cumpram as exigências, utilizou o discurso do “caos”, onde a lei não estava sendo respeitada para assim tirar o “peso” dos loteadores, repassando para a população o ônus da municipalidade.

A reunião de 18/03/55 deu continuidade à discussão da Mensagem 26/55 e ao debate Nezelino Costa (PTN - governista) *versus* Armando Ferreira (PL). O primeiro declarou que o prefeito agia com boas intenções, só que o Armando Ferreira desejava jogar a opinião pública contra ele prefeito. Segundo Nezelino

“a anterior administração, ilegalmente, atendia aos pedidos de planta ‘proletárias’. O prefeito atual, porém, não quis, de início, tirar esse direito à classe pobre, e por isso procurou mandar uma mensagem à Câmara, restabelecendo aquele direito que ao operariado assistia.”

O governo anterior aqui é acusado de proceder ilegalmente na distribuição da planta proletária, vindo trazer graves conseqüências às construções no município. Sendo o governo do PTB, as acusações recebem um tom mais dramático, como veremos a seu tempo. A noção entre os dois governos deixou transparecer o discurso do momento de

acusar a displicência do governo anterior que nada fez e a necessidade, via melhoria na arrecadação, para assim possuir meios de interferência e da constituição da moralidade no atual governo.

Estando com a palavra Armando Ferreira, diz que seu antecessor inverteu os sentidos das palavras. O primeiro teve a posição de “mostrar que o Prefeito não queria revigorar o Ato 35, mas anulá-lo completamente”. Aqui, o prefeito alegou, mais uma vez, a situação deficitária do município, contudo pretende prejudicar, com sua posição a classe operária para poder equilibrar as finanças.

A continuidade de análise proposta por nós nos dois governos em questão aparece de forma clara na defesa do vereador Armando Ferreira: na dificuldade de combater os loteadores e as suas irregularidades, o governo utilizava um discurso de moralidade, onde a dificuldade de arrecadação fazia com que a municipalidade não pudesse urbanizar o município, já que os loteadores, que deveriam pelo termo de compromisso dotar de infra-estrutura os loteamentos, não fizeram.

Esta afirmação fica mais visível diante do ofício encaminhado ao prefeito constando cópia da Indicação do vereador Francisco de Oliveira Filho solicitando “providências sanitárias” no loteamento Boa Vista¹¹⁰. O que não podemos perder de vista que este loteamento tinha como um de seus proprietários o ex-prefeito Egylio Justi, como bem assinalou o jornal e, conforme cópia da indicação em anexo, o citado vereador reclamou que estava relatando “mais um dos inúmeros casos alusivos a alguns loteadores”. Dessa vez os loteadores deveriam, conforme exigia o termo de compromisso, aterrar parte do loteamento para colocação de manilhas para o escoamento das águas. Contudo, “apesar das inúmeras promessas” não se colocou manilhas e o resultado foi o surgimento de focos de mosquitos e mal cheiro.

Mas a revigoração ou anulação do Ato 35 foi o primeiro dos “dispositivos” utilizados pelo Prefeito Joaquim Lavoura. A Mensagem N.º 33/55¹¹¹, já citada em outra oportunidade e que se refere diretamente aos loteamentos, trouxe muita polêmica nas discussões da Câmara. Trataremos primeiramente da Mensagem e depois passaremos para o debate na Câmara.

Esta Mensagem deixou claro o registro de desconstrução do Governo anterior ao iniciar atacando abertamente seu antecessor, na idéia que temos da mudança do discurso. Citou claramente o desaparecimento da administração e da “ausência

¹¹⁰ ACMSG. Livro d Ofícios Expedidos Ao Prefeito 1955. Ofício N.º 380/55, 14 de setembro de 1955.

¹¹¹ ACMSG. Mensagem N.º 33/55, 24 de junho de 1955

absoluta de planejamento”. Segundo o prefeito, os loteamentos surgiram, cresceram não havendo um plano tendo com conseqüência “núcleos isolados, logradouros desprovidos do mais elementar requisito técnico, favelas, enfim, numa cidade em formação como São Gonçalo”.

Dessa forma, a proposta do Prefeito em seu Projeto de Deliberação foi obrigar a colocação de calçamento e instalação de água e a assinatura do loteador do termo de compromisso onde, ao contrário do que vinha acontecendo, a planta só teria sua aprovação após o cumprimento das obrigações assumidas pelo loteador. Lembramos ao leitor que este projeto só enquadrava os perímetros urbano e suburbano conforme consta no Decreto Federal.

Assim, o Prefeito buscava, de certa forma, coibir os abusos dos loteadores e, sendo encaminhada à Comissão de Justiça, teve seu parecer favorável. O parecer também trouxe valiosas informações ao nosso trabalho. Primeiramente reforçou as críticas do Prefeito à administrações passadas. Entendemos também que o presidente-relator da comissão era Nezelino Batista da Costa, líder da bancada governista.

Mesmo assim, não perdemos de vista o discurso progressista de seu relator, quando afirmou que “o loteamento é o grande marco do nosso progresso”, mas que não poderia ignorar que este crescimento vinha sendo feito sem qualquer ordenação. Dessa forma, encaminha o projeto de deliberação com o parecer favorável para sua votação em plenário.

A reunião para deliberar sobre a mensagem ocorreu onze dias após o parecer favorável da Comissão de Justiça, em 15/07/1955 e, como não poderia deixar de ser, acompanhada de muita polêmica. Logo em sua abertura o vereador Luiz Barbosa Filho (PTN), integrante do partido do prefeito, pedia o arquivamento da mensagem justificando que o prefeito não havia escutado as divisões da Fazenda e Engenharia.

Em contrapartida, o vereador Manoel Pereira Gomes (PSP) discordava do arquivamento, pois não admitiu que “problema de tamanha relevância para o município seja tratado desta forma nesta casa”. Estava aberto o que se transformaria num acalorado debate; nas palavras de Luiz Barbosa Filho

“os loteamentos tem sido a mola propulsora deste nosso município. Uma grande fazenda, por exemplo, como a Trindade, foi transformada, recentemente, em lotes e muito tem contribuído para os cofres municipais e o que era uma grande fazenda hoje está transformado em próspero bairro!”

“Admito que as intenções de V. Excia. são as melhores possíveis, mas São Gonçalo deve o seu progresso, em grande parte, aos loteamentos. Por conseguinte, não devemos criar-lhes obstáculos [sic], razão porque devemos aprovar o arquivamento da Mensagem 33/55!”

Logo de início, temos várias informações neste discurso. Primeiramente, ficou (mais uma vez) a importância do loteamento para o município e, conseqüentemente, a pesquisa aqui proposta; a transformação do rural para o urbano foi visto de maneira satisfatória, ao passo que a cidade estaria se equiparando as suas vizinhas Niterói e Rio de Janeiro. As fazendas deixavam a visão “colonial” à cidade, já os loteamentos traziam o “progresso”; sendo a já mencionada Fazenda da Trindade transformada em “próspero bairro”, como muito defendia também o jornal, o município ganharia em grandeza, não só material pelas construções, mas também [sendo este o último ponto do discurso] econômica, pelo aumento da arrecadação de impostos tão defendia pelos governos. Barrar a Mensagem supra seria uma forma de não reforçar a burocracia e a dificuldade que passariam a ter os loteadores e até mesmo pelo desinteresse, visto que para se lotear o incorporador deveria dispor de maiores investimentos.

E foi justamente este último argumento que manteve a discussão. José Ferreira Duque Estrada, líder da bancada do PSD e falando em nome da mesma, apoiou o arquivamento. Já o governista Nezelino B. da Costa aproveitou para atacar o PTB, dizendo que este partido não pensou na coletividade, onde tal Mensagem poderia fazer de São Gonçalo “padrão para todas as cidades do Brasil”. Já José Alves da Conceição em defesa do seu partido disse que este entendia que a mensagem somente prejudicaria os “pobres e desprotegidos da sorte”. Para Oscar Martins Silveiras, somente o grande capital poderia lotear, sendo forçado a votar a favor do arquivamento, porque via na Mensagem uma “intenção maldosa”.

Polêmicas a parte, Epaminondas de Souza (PSP) disse que “os loteadores possuem proteção política e tem todos os direitos do município”, havendo a necessidade de uma lei que moralizasse a situação, “pois nos loteamentos (...) só existe lama...”. Em resposta ao vereador Hilton da Silveira Couto (PSD) afirmou que na Via Porto Velho não existia loteamentos e mesmos assim havia muita lama. Rebatendo este vereador, o primeiro informou que existia o loteamento do vereador Oscar M. Silveiras, o mesmo que disse acima que via “intenção maldosa” na Mensagem.

O que entendemos dessa discussão que os interesses pessoais dos vereadores foram expostos claramente e o vereador-loteador Oscar M. Silvares deixou com muita nitidez esta afirmação. Já nas palavras de Epaminondas de Souza entendemos a relação loteadores/poder público municipal, onde os primeiros desfrutavam de grandes regalias por parte do segundo. Mas o grande problema encontrado na Mensagem e que deixou uma ambigüidade nas defesas dizia justamente sobre o investimento dos loteadores. Caso fossem cumpridas todas as exigências dos loteadores, o preço do lote em muito aumentaria, dificultando o acesso do trabalhador a sua casa própria e nem todos os loteadores teriam este capital para investir no parcelamento do solo. Caso fosse mantida a situação, a tendência de transformação o município num caos irreversível estava muito próximo de acontecer e nenhum governo gostaria de se encontrar em tal situação. Remediar seria a melhor opção. Nas palavras Hilton da Silveira Couto

“O Sr. Prefeito agiu como se fosse um desconhecido para São Gonçalo, principalmente porque sabe este município passou a crescer depois que foi loteado, pois, aqui, grandes fazendas existiam sem nenhum lucro dar aos cofres da municipalidade, o que não ocorre hoje, depois que surgiram os loteamentos”!

[...] “atualmente, um lote comparado [...] sem água, sem luz e calçamento custa Cr\$20.000,00 ao passo que se o mesmo terreno for vendido nos moldes que pretende a Mensagem passará a custar Cr\$ 200.00,00”!

E concluiu após ser perguntado pelo vereador Porfirio Corrêa se tinha comprado loteamento ou estava defendendo colegas:

“Não tenho preocupação de ninguém, e como sou representante da zona rural, acho que aquele pequeno pedaço da terra gonçalense somente poderá contar com algum melhoramento se algum dia for loteado”.

Tendo em seus discursos a defesa de moradia para os “pobres e desprotegidos da sorte”, os vereadores buscavam impedir que os loteadores encontrassem dificuldades em seus investimentos. Ao passo que falavam nas melhorias da arrecadação, o Prefeito justamente defendia o contrário, que a arrecadação não estava sendo suficiente para a realização das obras.

Já a votação final do requerimento de arquivamento da Mensagem seguiu com a solicitação do vereador Manoel Pereira Gomes (PSP) que fosse procedida nominalmente, “afim de que o povo possa saber os vereadores que hoje irão prejudicá-lo”! Sendo aprovado seu pedido, o requerimento foi aprovado por onze votos contra seis, tendo a Mensagem N.º 33/55 arquivada.

Não foi registrado nos Anais da Câmara o voto de cada vereador, porém, mais uma vez, os interesses dos loteadores foram defendidos pelo poder público municipal. Para finalizarmos a análise desta Mensagem retornemos à própria Mensagem que, anexo ao parecer da Comissão de Justiça da Câmara, consta o voto em separado do vereador e integrante da dita comissão José Ferreira Duque Estrada.

Este voto foi realizado por não concordar com o parecer dos colegas, levando a criticar duramente a Mensagem, dizendo não existir estudo prévio para sua realização. Já o problema da água não poderia ser resolvido pelo loteador, porque a superintendência dos Serviços de Água e Esgotos de Niterói e São Gonçalo não possuía condições em atender à instalação em grande parte do perímetro urbano e que, por fim, deveria ser elaborado um plano geral de urbanização para que realmente fossem sanados os problemas municipal.

O que chamo atenção desta passagem refere-se ao vereador ser proprietário do loteamento que leva o nome de sua família (Duque Estrada), localizado na região conhecida como Rocha, mesma região onde o vereador-loteador José Lourenço de Azevedo possuía os seus¹¹². Logo, o que vemos foi a perpetuação dos loteadores na Câmara: vereadores da mesma região que tinham diversos interesses em comum.

O papel do vereador-loteador e sua atuação na região de interesse, onde possuía sua “base” eleitoral pode ser visto e compreendido pelo ofício do prefeito Lavoura encaminhado ao Presidente da Câmara¹¹³. Segundo o Prefeito, o vereador José Ferreira Duque Estrada havia dito à alguns vereadores que após solicitar a colocação de manilhas no bairro Galo Branco e adjacências e que nada conseguiu do Prefeito, realizou as obras com verba própria. Vinha então o Prefeito “solicitar” que o mesmo vereador fizesse tal declaração em plenário, visto que a Prefeitura realizou a colocação de manilhas nas proximidades, para que pudesse ser aberto um “competente inquérito, em virtude da gravidade das informações”.

¹¹² Jornal “O São Gonçalo”. Melhoramentos no Rocha - Rede de luz para a Escola Duque Estrada. N.º 1348, 30/05/1954.

¹¹³ ACMSG. Caixa N.º 06 - Ofícios Recebidos e Expedidos Pelo Prefeito 1956 à 1957. Ofício N.º 504/56, 05 de dezembro de 1956.

Não encontramos nenhuma resposta do vereador, seja nos Anais, nos requerimentos ou que houvesse abertura de inquérito referente ao assunto. Contudo até a presente data encontramos diversos políticos que se utilizam desta “tática” eleitoral para angariar votos: as obras realizadas pelo poder público com verbas da Prefeitura tornam-se obras particulares, realizadas pelo homem público que levava para aquela localidade melhorias urbanas. O retorno seria feito através de votos e a eleição do vereador para que, como podemos observar na última Mensagem, votar a favor no interesse dos lotedores; logo no seu próprio interesse.

Já o Prefeito continuava a buscar soluções para a arrecadação municipal e da dificuldade em ordenar o crescimento dos loteamentos no município. Diante da Mensagem N.º 11/57 o Prefeito diz que

“é do conhecimento público que a inobservância de certas disposições regulamentares na aprovação de plantas de loteamento e a ausência de fiscalização e de acurado exame na aceitação de logradouros foram as principais causas de graves problemas que hoje atormentam os moradores e afligem a administração”.

O que pretendia o Prefeito com esta Mensagem era a venda em leilão público dos lotes caucionados pela Prefeitura para reverter em obras nos loteamentos. Segundo suas palavras, o processo de loteamento ganhou tal dimensão e com seu rápido crescimento que resultou em “graves problemas” de difícil retorno. Mesmo o vereador Armando Ferreira informando aos vereadores que a Mensagem ia de encontro aos dispositivos da Lei Orgânica da Municipalidade e, portanto, ilegal, a Mensagem foi aprovada. Mas sua aprovação não foi simples e rápida.

O Ofício N.º 396/57 do Prefeito para o Presidente da Câmara teve justamente o intuito de convocar uma reunião extraordinária para a votação do projeto de deliberação¹¹⁴. Nas palavras do Prefeito podemos observar o que o levou a tal medida:

“Inspirou essa iniciativa ter constatado o deplorável estado desses novos bairros e os insistentes apelos dos ilustres edis, inclusive através de indicações, no sentido de que a Prefeitura execute obras até mesmo em loteamentos cujos serviços ainda não foram entregues à municipalidade”.

¹¹⁴ ACMSG. Caixa 06 - Ofícios Recebidos e Expedidos de 1956 à 1957. Ofício N.º 396/57, 04 de dezembro de 1957.

A contradição vista na Câmara estava completamente exposta nas palavras do Prefeito: mesmo votando contra a Mensagem N.º 33/55 que buscava, de certa forma, ordenar os loteamentos, os vereadores cobravam da Prefeitura estas melhorias. Executando a Prefeitura estas melhorias, como vimos na passagem do vereador Duque Estrada, o vereador levava para si todo o mérito da obra, não dando reconhecimento à Prefeitura. Com isso, a população daquela localidade veria nele seu representante compondo assim o tripé que estamos acompanhando desde o início: poder público municipal/loteadores/moradores. Contudo esta relação não parou por aqui. Um assunto que teve importância dentro do processo de loteamento e que reforçou ainda mais nosso entendimento da relação comentada a pouco trouxe até nós mais testemunhos.

VII - Caminhos e Descaminhos do Cimento: A Quiçá de Conclusão

Outra questão que teve forte impacto no Município refere-se à cota de cimento distribuída pela Prefeitura e suas diversas irregularidades. Em meio as divergências entre Governo *versus* PTB, o vereador Manoel Pereira Júnior (UDN) chamou atenção para os cortes nas cotas de cimento. O petebista Francisco de Oliveira Filho interveio na fala respondendo que “o vereador Altamiro Rangel (PTN - Governo) recebeu 100 sacos para o Engenho Pequeno”. Intromissão a parte, Manoel Pereira Júnior mostrou um comprovante de “um pobre coitado” que só recebeu cinco sacos de cimento, quando deveria receber quarenta e cinco sacos.

Em defesa do executivo, Manoel Pereira Gomes argumentou que as cotas foram reduzidas para justamente barrar o “câmbio negro” que se instalou no município, dizendo ser “injusto fazer-lhe [ao Prefeito] uma crítica dessa natureza quando sua intenção é a melhor possível”.

Assim, o vereador lembrou da presença do diretor de obras da prefeitura que lhe informara que “com apenas Cr\$ 20,00 qualquer cidadão requeria da Prefeitura planta para construção da casa proletária e com ela a respectiva quota. No entanto em muitos casos [sic] a casa não era construída e o cimento vendido no câmbio negro”.

Apesar da defesa ao chefe do executivo, as críticas continuaram a serem feitas e a intervenção de Nezelino Baptista no debate buscou esclarecer a diminuição da quota pelo fato que

“... os loteadores recebiam licença e respectiva quota de cimento, de acordo com a extensão do loteamento: 2, 3, 4 mil sacos em retiradas mensais. Acontece, porém, que o Prefeito atual, devido à sua grande experiência, tomou essas medidas reclamadas por V. Excia. [referindo-se ao vereador Francisco de Oliveira Filho - PTB] para evitar o câmbio negro. Mais tarde, ele próprio, na caminhoneta da Municipalidade, percorrendo os loteamentos, teve a oportunidade de verificar que muita gente já havia retirado mais de 2 mil sacos sem que nos citados loteamentos

houvessem empregados sequer um saco, chamando, então, à responsabilidade os citados faltosos”.

Está, portanto, nobre vereador, explicada a real situação em que se encontra o cimento: essas medidas foram tomadas afim de que, no futuro, quando o câmbio negro estiver na estaca zero, possa a situação normal ser restabelecida e que os homens do povo, os que realmente necessitam de cimento para construção de suas moradas, os tenha com fartura!”

O fato ocorrido revela a tentativa da prefeitura em barrar com o “desvio” das cotas de cimento que deveriam ir para a construção de casas para os operários diante da aquisição da planta proletária e quota para os loteadores para a construção de melhorias. Conforme indicou o vereador governista, frente ao ocorrido nos loteamentos, o executivo resolve reduzir as devidas cotas afetando diretamente os trabalhadores que dependiam dessas facilidades para suas construções. No ofício de resposta do Prefeito para o vereador Armando Ferreira, datado de 07/04/1955, podemos observar as mudanças ocorridas¹¹⁵ :

Tipo de Planta	Quota até 1954	Quota de 1955
A	50	35
B	60	45
B linha	60	45
C	80	60
3	40	35

As mudanças ocorridas na distribuição de cimento representaram uma grande perda para os trabalhadores, onde muito facilitava o início imediato das construções. Contudo, a discussão não se encerrou aqui. Na reunião seguinte, o vereador José Alves da Conceição (PTB) apresentou dois requerimentos, sendo o segundo referente à distribuição de cimento. Argumentou o vereador que para receber a quota, um operário teve de faltar o trabalho. Logo, “para evitar contratemplos como esse é que muitos passam a comprar no câmbio negro”.

O governista Manoel Pereira Gomes (PSP) intervém argumentando que “quando está em jogo o interesse da coletividade é necessário que um ou outro se prejudique”,

¹¹⁵ ACMSG. Livro de Ofício do Prefeito de 1955, Ofício N.º 298/55, 07/04/1955.

pois a intenção do prefeito seria acabar com a ‘imoralidade’ existente nas distribuições anteriores da quota.

Voltando com a palavra José Alves da Conceição, lembrou que “é o pequeno, o desprotegido, o desesperado” que vinha sofrendo com tais medidas e lembrou em plenário o caso ocorrido no governo Gilberto Pires:

“Chegou ao conhecimento de S. Excia (Gilberto Pires) que um cidadão vendia saco de cimento a Cr\$ 100,00 quando, na realidade o seu preço era Cr\$ 48,00! Acompanhado das necessárias testemunhas, imediatamente S. Excia. se dirigiu ao local, após solicitar de certa pessoa fizesse a aquisição a fim de ser possível o flagrante, o que foi conseguido.

O homem foi preso e mal levado à Delegacia começaram a chegar os telegramas, inclusive um endereçado pelo Coronel Feio, mandando soltar o cidadão, pois o cimento não era tabelado. Por que aconteceu isso, porque o homem tinha dinheiro, tinha prestígio, o que não acontece com o trabalhador braçal.

(...). E quem telefonou avisando o Sr. Barcelos Feio foi o Sr. José de Azevedo”...

O “Sr. José de Azevedo” citado pelo vereador é o mesmo que iniciamos o trabalho com seu requerimento em 1949 quando era vereador e já possuía dois loteamentos, sendo que um clandestino. Aqui, o vereador-loteador apareceu vendendo sacos de cimento no câmbio negro por preços que superaram 100% de seu valor, conforme no trecho acima.

Outro ponto que o vereador chamou atenção e veio a ser novidade nesta pesquisa diz respeito as fabriquetas de artefatos de cimento armado. Estas pedem suas licenças e logo possuem direito a uma quota mensal, ocasionando “a existência de inúmeras delas fictícias...”

O último ponto discutido pelo vereador referiu-se as pessoas que

“requerem licença para construção de casa proletária. Conseguida a licença e a respectiva quota, vendem todo o cimento, não constróem coisa alguma e passam os lotes para outros cidadãos que, infelizmente nada sabem... tempos depois, requerem licença em seu nome, inocentemente, vindo a se decepcionar quando a Divisão de Engenharia nega, pois consta do seu cadastro a existência de construção nos terrenos indicados”.

O que percebemos foi que, apesar do vereador informar da ocorrência de vistorias nas construções, A Divisão de Engenharia, pela simples liberação das quotas, dava como a existência de construção no lote. Dessa forma, concluímos que, de fato, não ocorria uma presença de vistoriadores para a comprovação da real construção no lote indicado, conforme mencionado durante o Governo Gilberto Pires.

Após diversas análises de variados documentos, chegamos a seguinte conclusão: o discurso do progresso visto no Governo Pires na busca em aumentar a arrecadação municipal para reverter em obras públicas e a continuidade do Governo Lavoura em aumentar a arrecadação, mas modificando o tom dos discursos, em nada trouxeram de fato para o Município de São Gonçalo, que cresceu de maneira disforme, sem nenhum acompanhamento por parte do poder público municipal, tendo a sua saturação ao final do Governo Lavoura que expôs claramente, em bom português, a real situação do município, que ao seu final conseguiu arrecadar verbas necessárias para a execução das obras e tão pouco teve força política para coibir as irregularidades por parte dos loteadores. Já a população saiu prejudicada, uma vez que passou a residir em locais de difícil acesso, sem infra-estrutura e aparelhos urbanos, deixando mais sofrido o seu cotidiano.

Mas há sempre os que ganham com a situação; e aqui os loteadores enriqueceram e até hoje, dentro do município, bairros inteiros fizeram muitas famílias tornarem-se “ilustres” com o parcelamento e venda de lotes. Seja burlando leis, vendendo cotas de cimento, ou de qualquer outra maneira, continuam no presente momento a desfrutar os privilégios de construir “verdadeiras cidades”. Mesmo que estejam somente na planta...

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPLANRIO/ZAHAR, 1987.

BRAGA, Maria Nelma C.. **O Município de São Gonçalo e suas Histórias**. São Gonçalo, Edição Independente, 1997.

CARDOSO, Adauto Lúcio & RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. **Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil**. In: Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro & Roberto Pechman (orgs.). **Cidade, Povo, Nação: gênese do urbanismo moderno**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

GEIGER, Pedro Pinchas *et al.* **Urbanização e Industrialização na Orla Oriental da Baía de Guanabara**. In: Revista Brasileira de Geografia. Rio de Janeiro: IBGE, N.º 4, Outubro-Dezembro de 1956.

GONÇALVES, Marcia de Almeida & REZNIK, Luís. **Guia de fontes para a história de São Gonçalo**. São Gonçalo: UERJ, Faculdade de Formação de Professores, Laboratório de Pesquisa Histórica, 1999.

MACHADO, Fábio Nunes. **A Atuação do Poder Público na Construção do Espaço Urbano Gonçalense, entre os anos 1920 – 1950**. Monografia apresentada ao curso de História da Faculdade de Formação de Professores da UERJ. São Gonçalo: Xerox, 2002.

PALMIER, Luiz. **São Gonçalo Cinquentenário**. Rio de Janeiro: IBGE, 1940.

PARK, Robert Ezka. **A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano**. In: Otávio Guilherme Velho (org.). **O Fenômeno urbano**, Zahar Ed., Rio de Janeiro, 1973.

RANGEL, Kátia Araújo de Marco & PELUSO, Marilena dos Reis. **A travessia Rio-Niterói**. Niterói: Fundação Atividades Culturais de Niterói, 1983.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. **Dos cortiços aos condomínios fechados: As formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: IPPUR, UFRJ: FASE, 1997.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Processo de crescimento e ocupação da periferia**. Finep-IBAM, 1982.

_____. **Loteamentos na Periferia Metropolitana**. In: Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro: IBAM, Janeiro/Março de 1985.

SEGADAS SOARES, Maria Terezinha. **Nova Iguaçu: absorção de uma célula urbana pelo Grande Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1962.